

# Acção Socialista



Nº 1271 30 Outubro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.pt](http://www.accaosocialista.pt) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

A primeira entrevista de José Sócrates, depois de reeleito líder do PS

“A principal razão de ser do PS é Portugal”



Págs. 9 a 12

Ricardo Oliveira/GIPM

## XV Congresso Nacional do Partido Socialista



10, 11 e 12 de Novembro de 2006

Centro Nacional de Exposições [CNEMA] • Santarém

## EDITORIAL



SILVINO GOMES  
DA SILVA  
Director-adjunto

# A luta pela vitória do “sim”

A 28 DE JUNHO de 1998 os portugueses foram chamados, pela primeira vez, a pronunciarem-se em referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG). Com a abstenção a situar-se nos 68 por cento, o referendo não foi vinculativo. Mas, perante um resultado em que uma escassa maioria de eleitores votou pelo “não”, entendeu-se que seria politicamente incorrecto legislar sobre a matéria em sede parlamentar.

Volvidos oito anos, a questão volta a colocar-se com a mesma premência e redobrada urgência, uma vez que o flagelo do aborto clandestino continua a existir entre nós e as mulheres que o praticam continuam a ser julgadas como criminosas. A lei em vigor é socialmente inaceitável por gerar profundas desigualdades entre as mulheres de estratos sociais diferentes; as que têm posses recorrem à interrupção voluntária da gravidez nos hospitais dos países europeus em que esta prática é legalmente admissível, enquanto as outras o praticam de forma clandestina em situações de grande risco e elevada perigosidade.

O PS no seu programa eleitoral inscreveu como promessa de primeira linha a realização de um novo referendo sobre esta matéria, caso ganhasse as eleições. Ora bem, é chegado o momento dos portugueses se pronunciarem através de nova consulta popular de forma a procurar uma alteração duradoura ao actual quadro legal. Aprovada a proposta de referendo apresentada pelo PS, estão criadas todas as condições jurídicas e políticas para que o Presidente da República possa decidir, nos termos da Constituição, como lhe compete, pela

**A próxima consulta popular sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, não deve, desta vez, ser discutida na base de posições pessoais de natureza moral, filosófica ou religiosa. Pelo contrário, esta questão deve ser colocada no plano jurídico, e muito concretamente ao nível da lei penal**

convocação do referendo e sobre a sua data.

A próxima consulta popular sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, não deve, desta vez, ser discutida na base de posições pessoais de natureza moral, filosófica ou religiosa. Pelo contrário, esta questão deve ser colocada no plano jurídico, e muito concretamente ao nível da lei penal. Primeiro, para acabar com a ameaça de prisão das mulheres e o vexame do processo judicial; segundo, para, de uma vez por todas, acabar com o drama do aborto clandestino garantindo a todas as mulheres condições de saúde e dignidade em caso de interrupção voluntária da gravidez;

finalmente, para relevar que não está em causa a liberalização do aborto, antes se pretende excepcionar a criminalização da IVG se praticada até às 10 semanas, deixando a mesma de ser punida.

Portugal não pode ser Europa para algumas coisas e não para outras. Na União Europeia é o único país que activamente persegue e condena mulheres e médicos pela realização de abortos ilegais, ao arpejo, aliás, da orientação do relatório Lancker do Parlamento Europeu, o qual recomenda que se torne a IVG segura e acessível, desde que verificados determinados pressupostos, apelando aos países para não perseguirem as mulheres que tenham recorrido à prática do aborto ilegal.

No quadro europeu, o nosso país distingue-se por ter a legislação menos tolerante no que respeita à possibilidade de exclusão de ilicitude por motivos socioeconómicos, como pela impossibilidade de realizar, sob determinadas condições, a interrupção voluntária da gravidez a pedido da mulher, como no que toca à articulação dos prazos para a exclusão da ilicitude e da punibilidade. Com efeito, Malta (sem exclusão da ilicitude), Irlanda (exclusão apenas em caso de risco de vida para a mãe), Polónia e Portugal são os regimes penais mais restritivos. Esta é uma situação que não nos orgulha. E este é um grupo de países ao qual queremos deixar de pertencer urgentemente.

Por todas as razões, o PS estará na linha da frente na mobilização social para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e contribuir decisivamente para a vitória do “sim” no referendo. Para esta tarefa estamos todos convocados.

## Vitalino Canas reafirma que o Governo não está a quebrar promessas

**A introdução de portagens em três auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) não foi anunciada antes porque só agora foi feito um estudo sobre o desenvolvimento das regiões em causa e sobre as vias alternativas. A garantia foi dada pelo porta-voz socialista, Vitalino Canas, numa conferência de Imprensa realizada, no dia 24 de Outubro, no Parlamento.**

O DIRIGENTE socialista aproveitou a ocasião para manifestar estranheza face às críticas lançadas contra o Executivo nesta matéria, uma vez que – defendeu – “não estamos a recuar no cumprimento do Programa do Governo”.

O PS decidiu fazer uma declaração aos jornalistas, na Assembleia da República, para contestar veementemente “afirmações que têm sido feitas na Comunicação Social e por parte de responsáveis políticos” sobre este assunto.



Vitalino Canas sublinhou que não há, como alguns alegam, quebra de nenhuma promessa eleitoral porque o Programa do Governo associa a manutenção das SCUT “aos indicadores de desenvolvimento socioeconómico das regiões e às alternativas de oferta no sistema rodoviário”.

Lembrando as declarações que a este propósito têm feito o primeiro-ministro e o ministro das Obras Públicas, reafirmou que “o Executivo decidiu introduzir portagens nas SCUT do Norte Litoral, Grande Porto e Costa da Prata com base em três critérios: média de preços, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e vias alternativas nessas regiões”.

Questionado sobre se, antes do estudo referido, o PS não conhecia os dados nele contidos, o porta-voz socialista respondeu com frontalidade que “eram conhecidos os números relativos ao desenvolvimento das regiões, “mas não havia estudos sobre as alternativas”, pois “esse estudo foi feito só agora”.

Assim, precisou, “mesmo na posse desses dados, os critérios estabelecidos para

introdução de portagens nas SCUT não seriam aplicáveis enquanto não houvesse um estudo técnico que demonstrasse a sua existência”.

Na mesma conferência de Imprensa, o dirigente socialista comentou o acórdão do Tribunal Constitucional (TC) sobre as contas da campanha para as legislativas de 2005, salientando as melhorias que os partidos têm evidenciado nesta aspecto, apesar das irregularidades imputadas a todas as forças políticas.

Após recordar que com a aprovação, em 2003, da lei de financiamentos dos partidos houve uma melhoria em termos de transparência no quadro jurídico e na estrutura de fiscalização das contas, o porta-voz do PS ressaltou que “muitas irregularidades que o TC lhes imputou resultam de ser a primeira vez que a nova lei é aplicada numas eleições legislativas”.

“A aplicação suscita dúvidas de interpretação, dentro do próprio Tribunal. Mas muitas terão sido resolvidas com este acórdão e não haverá justificação para cometer estes erros novamente”, concluiu. M.R.

# Um Orçamento de rigor e modernidade



Ricardo Oliveira/GIPM

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O ORÇAMENTO de Estado (OE) para 2007 vai cumprir, tal como o Governo prometeu ao país, o objectivo de reduzir o défice das contas públicas, sem contudo tirar os olhos do crescimento económico e da modernização da economia portuguesa.

O primeiro-ministro, José Sócrates, é peremptório ao afirmar que não tem dúvidas que o OE de 2007 configura um novo paradigma, "totalmente inédito em Portugal", na forma de encarar e trabalhar as contas públicas.

"Conseguimos, pela primeira vez, e pelo segundo ano consecutivo, o que nunca foi antes alcançado, fazer baixar o défice da Administração Pública para os 4,6 por cento do PIB, a que se seguirá, em 2007, um novo abaixamento que situará nos 3,7 por cento".

A despesa pública, afirmou o primeiro-ministro, vai diminuir em termos reais no próximo ano, o que acontece pela primeira vez em três décadas.

Quanto à despesa pública nominal, refere José Sócrates, "irá subir menos do que a inflação prevista", o que constituirá, como defende, "um factor de confiança e de credibilidade para os agentes económicos".

Mas a preocupação do Governo não se ficou pela tarefa urgente e absolutamente inegociável do combate ao défice das contas públicas. Paralelamente, o Executivo desenvolveu uma estratégia de modernização e de crescimento económico, cujos resultados positivos são hoje evidentes e indelmentáveis.

Com efeito, o país cresceu este ano 1,4 por cento "muito acima das previsões mais optimistas que apontavam para os 1,1 por cento de crescimento da nossa riqueza", devendo em 2007 voltar a crescer para um patamar que deverá situar-

**O Orçamento de Estado aponta para um crescimento de 1,8 por cento da economia nacional para o próximo ano e cumpre o principal objectivo de reduzir o défice para 3,7 por cento do PIB**

se nos 1,8 por cento.

Na opinião do primeiro-ministro, este Orçamento de 2007 terá que ser medido, sem dúvida, pelo rigor, mas também sem esquecer o necessário e indispensável crescimento económico do país.

De facto, se o OE aponta como objectivo prioritário reduzir o défice orçamental, por outro lado,

>>

## DISTRIBUIÇÃO PELOS MINISTÉRIOS

Ministério das Finanças e da Administração Pública 17 212 milhões de euros	+ 3,2%
Ministério do Trabalho e Solidariedade Social 7 18 milhões de euros	+ 5,9%
Ministério da Saúde 8 578 milhões de euros	- 0,4%
Ministério da Tecnologia e Ensino Superior 2 353 milhões de euros	+ 7,9%
Ministério da Educação 5 842 milhões de euros	- 4,2%
Ministério da Defesa Nacional 2 047 milhões de euros	+ 2,5%
Ministério da Justiça 1 290 milhões de euros	+ 10,9%
Ministério da Agricultura e do Desenv. Rural e Pescas 2 058 milhões de euros	+ 5,7%
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações 954 milhões de euros	- 10,5%
Ministério da Economia e Inovação 705 milhões de euros	- 46,2%
Ministério dos Negócios Estrangeiros 373 milhões de euros	+ 6,3%
Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional 580 milhões de euros	- 8,4%
Ministério da Cultura 237 milhões de euros	- 7%
Ministério da Administração Interna 1 682 milhões de euros	+ 4,6%
Encargos gerais do Estado 3 511 milhões de euros	+ 4,1%

## OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador do Plano Tecnológico e Estratégia de Lisboa

*Ao definir as prioridades na afectação orçamental para 2007 o Governo deu um sinal claro à sociedade portuguesa da prioridade atribuída à modernização da base competitiva, ao conhecimento, à tecnologia e à inovação.*

## OE 2007 – prioridade ao Plano Tecnológico

AO FAZER da Agenda de Lisboa uma matriz estratégica inspiradora na definição das prioridades da governação, o Governo estabeleceu metas ambiciosas nos domínios do conhecimento da tecnologia e da inovação. Tendo consciência do papel seminal da investigação e do desenvolvimento na criação de condições para uma subida sustentada das empresas portuguesas na cadeia de valor e na modernização da nossa base competitiva, foram estabelecidas como metas para 2010 a duplicação do investimento público e a criação de condições para a triplicação do investimento privado em Investigação e Desenvolvimento (I&D).

O valor absoluto de investimento em I&D é um indicador importante da maturidade e da preparação das economias para enfrentarem os desafios da competitividade global. No entanto, mais importante do que o indicador quantitativo, é a qualidade desse investimento e a dinâmica de cooperação estabelecida entre os centros de investigação e as empresas.

Por isso, o desafio da Investigação e do Desenvolvimento exige para ser vencido uma acção concertada entre a promoção da ciência, a dinamização da inovação e a criação de redes e parceiras que explorem as sinergias entre ciência e inovação empresarial e social.

Ao afirmar claramente na afectação dos recursos orçamentais em contexto de contenção uma prioridade forte para a ciência, para a inovação e para as parcerias entre o sistema científico e o sistema empresarial, o Governo deu mais um sinal forte da prioridade atribuída ao Plano Tecnológico como ideia política de referência, como agenda mobilizadora e como compromisso de acção.

A afectação de 250 milhões de euros ao programa "Compromisso com a Ciência", no quadro do reforço orçamental de 64 por cento atribuído a esse domínio fundamental, permitirá desenvolver a base científica do país, potenciar parcerias público-privadas, promover uma internacionalização acrescida e dar robustez às participações nacionais em programas internacionais de financiamento.

Os objectivos e as metas a atingir com este programa são ambiciosos e determinantes, incorporando mais mil investigadores no sistema científico, aumentando em 60 por cento as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, criando bolsas para integração de estudantes universitários em centros e institutos de I&D (5000 em 2006/2007) e reforçando de forma sustentada a rede de apoio ao desenvolvimento e à transferência de tecnologia.

Ao definir as prioridades na afectação orçamental para 2007 o Governo deu um sinal claro à sociedade portuguesa da prioridade atribuída à modernização da base competitiva, ao conhecimento, à tecnologia e à inovação. Um sinal que complementa e reforça as opções já anunciadas na definição da matriz para a afectação dos recursos do próximo ciclo de fundos estruturais.

Um sinal e uma opção corajosa que consolida uma linha política determinada e credível, cujo impacto se reflecte já nos indicadores de confiança e nos referenciais de desempenho económico, dando cumprimento ao programa político sufragado maioritariamente pelos portugueses e ao capital de esperança depositado no mandato de Governo outorgado ao PS.



Ricardo Oliveira/GIPM

## OPINIÃO

VÍTOR BAPTISTA  
Deputado

*As reformas e a política fiscal irão contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas, uma condição essencial para não degradar as políticas sociais que enquanto socialistas sempre defendemos*

## Um Orçamento ao serviço de valores socialistas

SEGUNDO o Eurostat, Portugal foi o país da zona euro onde as finanças públicas mais se degradaram entre o ano de 2002 e 2005. O défice orçamental neste período agravou-se 3,9 por cento e a dívida pública aumentou 8,5 por cento. Estes valores contrastam com a evolução média na Zona Euro, onde no mesmo período em análise, o défice orçamental diminuiu 0,1 por cento situando-se em 2,4 por cento contra os 6 por cento do PIB em Portugal no ano de 2005. Quanto à dívida pública, em 2005 situou-se nos 64 por cento do PIB, acima do limite de 60 por cento para o "stock" de endividamento do sector público administrativo.

Na oportunidade é sempre bom recordar a situação em que herdámos o país: em recessão económica com crescimento do PIB negativo em cadeia nos 3º e 4º trimestres de 2004 de menos 0,8 por cento e 0,2 por cento e um crescimento de 0 por cento no 1º trimestre de 2005; um crescimento exponencial da taxa de desemprego que passou de 4,4 por cento no primeiro trimestre de 2002 para 7,5 por cento no primeiro trimestre de 2005; as exportações no primeiro trimestre de 2005 tinham crescido negativamente 1,5 por cento; a Formação Bruta de Capital Fixo (investimento) decresceu no 1º trimestre de 2005 de 1,1 por cento; Suborçamentação, em particular no sector da saúde, com o "Relatório Constância" a estimar o défice em final de 2005 em 6,8 por cento se nada tivesse sido feito pelo Governo.

Para termos futuro teremos de ser capazes de assumir fazer o que o país precisa: mais e melhor emprego; finanças públicas equilibradas; crescimento da riqueza nacional; redução da pobreza; mais e melhor justiça social; melhor ensino e mais investigação; melhor saúde e mais segurança. E para tudo isto precisamos de políticas adequadas, que sirvam o país e contrariem interesses de classe ou de grupo, políticas reformistas, adequadas aos dias de hoje, adequadas aos recursos financeiros que temos. Nesta matéria o Governo presidido por José Sócrates não tem deixado o crédito por mãos alheias e as reformas ainda que polémicas têm-se feito sentir. O país já começou a ver luz no fundo do túnel, o projecto socialista e os valores socialistas mantêm-se mais vivos do que nunca.

A credibilidade orçamental resulta da capacidade em se conseguir atingir os objectivos propostos. A credibilidade deste Orçamento assenta numa estratégia de políticas credíveis que já estão a revelar bons resultados.

O défice das administrações públicas, irá decrescer de 6 por cento em 2005 para 4,6 por cento do PIB em 2006 e curiosamente já ninguém tem dúvidas disso.

A riqueza nacional que inicialmente o Governo estimou para 2006 num crescimento de 1,1 por cento foi agora revista em alta para 1,4 por cento, quando em 2005 o crescimento foi de 0,4 por cento.

A despesa pública total no PIB será reduzida em 1,5 por cento e a despesa primária será reduzida em 1,6 por cento do PIB o que acontecerá pela primeira vez nos últimos trinta anos.

A consolidação orçamental foi assumida pelo Governo sem qualquer obsessão e a riqueza nacional (PIB) em 2006 crescerá mais do que o triplo de todo o período de governação PSD/CDS entre 2002/2005.

A receita pública total mantém-se nos 41,7 por cento do PIB ao nível de 2005.

A dívida pública que inicialmente se previa nos 67,9 por cento do PIB situar-se-á no final de 2006 nos 67,4 por cento do PIB.

É neste contexto que hoje se reconhece um quadro de credibilidade ao Governo e este apresentou o orçamento para 2007. Um Orçamento que assenta num cenário macroeconómico de um crescimento da riqueza nacional de 1,8 por cento. O PIB situar-se-á nos 160 mil milhões de euros, e para ele contribuirá um crescimento das exportações de 7,2 por cento, uma redução do consumo público de 1,3 por cento um aumento do investimento de 1,9 por cento, e se estima que a procura interna cresça 0,9 por cento do PIB contra o crescimento nulo de 2006. A taxa de desemprego parou de crescer e diminuirá 0,1 por cento. Neste modelo realçamos a dinâmica das exportações, do investimento privado e do consumo privado, contrariando com outros modelos, de outros momentos, que assentaram mais no consumo público e no investimento público.

O Orçamento para 2007 define como prioridades: investir na ciência, na tecnologia e na inovação, no quadro do Plano Tecnológico; apostar na qualificação dos portugueses: qualificação do 1º ciclo; generalização da formação escolar e profissional de nível secundário (Programa Novas Oportunidades) e formação superior avançada; combater a pobreza, em favor dos idosos, nomeadamente o Complemento Solidário para Idosos com 70 ou mais anos; prestigiar Portugal e fortalecer a Europa na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Um Orçamento de rigor que: reduzirá o défice orçamental para 3,7 por cento do PIB; contribuirá para que o saldo corrente primário seja positivo a partir de 2006, circunstância fundamental para a inversão de crescimento da dívida pública; reduzirá a despesa primária de 2006 para 2007 em 1 por cento do PIB e a corrente primária em 0,8 por cento colocando-a nos 39 por cento do PIB.

Esta estratégia exige: a redução das despesas de funcionamento dos ministérios prosseguindo políticas de racionalização; a moderação salarial e o lançamento de um novo sistema de vinculação, carreiras e remunerações; a reforma da Administração Pública; a reforma da Segurança Social adoptando medidas que contribuam para o reforço da sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde; a revisão dos regimes financeiros das Regiões Autónomas e das Autarquias.

E, no domínio fiscal, o orçamento insere medidas de limitação do planeamento fiscal; de intensificação no combate à economia paralela; de revisão dos benefícios fiscais tendo em vista a simplificação e a eliminação dos que são contrários à equidade fiscal ou aos objectivos da política económica e social; de benefícios fiscais tendo em vista promover a criação de empresas; e de incentivos às empresas tendo em vista a criação de emprego.

As reformas e a política fiscal irão contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas, uma condição essencial para não degradar as políticas sociais que enquanto socialistas sempre defendemos.

&gt;&gt;

não esquece a perspectiva de uma orientação de crescimento da economia, apostando áreas tão importantes para o nosso futuro e bem-estar colectivo como a ciência, tecnologia e inovação, mas também na qualificação dos portugueses, no combate à pobreza e na manutenção das políticas voltadas para os idosos.

A fórmula para se poder alcançar estes objectivos, está devidamente sustentada no OE, que aponta para a repartição do esforço entre a consolidação na redução da despesa e, simultaneamente, no crescimento da receita.

De facto, a redução do défice orçamental de 2007 irá ser conseguida através de uma significativa redução da despesa pública, e, em contrapartida, beneficiará de um aumento das receitas que deverá rondar os 40 por cento.

No corrente ano, recorde-se, o défice orçamental do subsector Estado registou até Setembro um abaixamento de 25 por cento, face ao mesmo período do ano passado, que em números se traduziu numa poupança de seis milhões de euros.

Contudo, outros aspectos serão igualmente contemplados, tendo em vista fazer baixar o défice das contas públicas.

É o caso, por exemplo, da moderação na actualização das tabelas salariais, conjugadas com a não contagem do tempo de serviço para efeito de progressão nas carreiras na Função Pública, nos novos mecanismos de mobilidade dos funcionários e agentes e na desburocratização e simplificação (Simplex), medidas que nas contas do Executivo representarão no próximo ano os principais factores para que a despesa pública possa baixar e assim justificar a componente pretendida de maior redução do consumo público.

Outro dos aspectos que se afiguram determinantes para que o défice público possa baixar, respeita à reforma da Segurança Social e ao reforço da sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde.

Mas também a redução das despesas de funcionamento dos ministérios, através nomeadamente da racionalização dos efectivos, reordenamento dos serviços e outras medidas sectoriais, como seja o caso da moderação salarial, redução de subsídios e um efectivo e real acompanhamento e controlo da execução orçamental, se apresentam como medidas fundamentais para um verdadeiro abaixamento da despesa pública.

Toda a instabilidade agora sentida, fruto das reformas e alterações que o Governo está a introduzir com o objectivo de sanear as contas públicas, e que está a acarretar importantes esforços por parte da população e dos trabalhadores da Administração Pública, refere o ministro Teixeira dos Santos, começará a sofrer uma inversão positiva quando o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) tiver

início e entrar em velocidade de cruzeiro.

### Investimento público mantém-se elevado

Ao invés do que a oposição, sobretudo à esquerda do Governo, tem vindo a fazer circular, segundo a qual o investimento público em 2007 irá cair para níveis nunca antes vistos, tal não se confirma, pelo menos se levarmos em linha de conta os quadros publicados no OE, onde tal cenário nem de perto se comprova, prefigurando-se apenas uma quebra do investimento público, em relação a 2006, de 0,5 por cento ou seja, 9,4 milhões de euros.

No âmbito do PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas da Administração Central) as prioridades em 2007 vão para a Ciência e Tecnologia, áreas onde estão previstos aumentos no investimento em cerca de 42 por cento, e para as obras públicas, como é o caso, por exemplo, das redes transeuropeias de transportes, sobretudo com um enfoque especial no TGV.

O sector dos transportes será aliás aquele que mais investimento receberá por parte do PIDDAC, para onde será destinado 50 por cento do total do investimento público, cerca de 2515 milhões de euros, verba que será destinada, não só para o futuro comboio de alta velocidade, mas também para

### A Ciência, a Tecnologia, a Inovação e a Qualificação dos portugueses recebem neste Orçamento a maior fatia. Cerca de 42 por cento do PIDDAC

### PREVISÕES DA ECONOMIA PORTUGUESA PARA 2007

PIB	↑
Cresce para 1,8 por cento	
Consumo privado	↑
Cresce para 1,3 por cento	
Consumo público	↓
Desce para 1,3 por cento	
Défice orçamental	↓
Desce para 3,7 por cento	
Exportações	↑
Cresce para 7,2 por cento	
Importações	↑
Cresce para 1,8 por cento	
Investimento	↑
Cresce para 1,9 por cento	
Inflação	↓
Desce para 2,1 por cento	
Desemprego	↓
Desce para 7,5 por cento	

projectos que o OE denomina como corredores estruturantes do território.

Serão ainda investidas significativas verbas pública na área da agricultura e desenvolvimento rural, subsector que terá um equivalente a 9 por cento do total do PIDDAC, ou seja, 447,3 milhões de euros, montante que se destina sobretudo ao apoio a projectos de desenvolvimento agrícola, rural e ambiental e a projectos de desenvolvimento sustentável da floresta.

### Consumo privado vai subir

As contas apresentadas no OE apontam para uma ligeira subida do consumo privado na ordem dos 1,3 por cento em 2007, em relação ao ano corrente, devendo-se, simultaneamente, registar uma diminuição do consumo público, igualmente na casa dos 1,3 por cento em relação a 2006.

As exportações, pelo seu lado, deverão aumentar entre os 7 e os 7,5 por cento, enquanto as importações deverão sofrer uma subida de apenas 1,8 por cento em relação ao ano corrente. Tudo isto com uma taxa de inflação que deverá situar-se nos 2,1 por cento. Quanto ao emprego, e segundo o ministro das Finanças, deverá ter uma variação de 1 por cento, enquanto a taxa de desemprego deverá cair 0,1 por cento, para 7,5 pontos percentuais.

### Regiões e autarquias vão receber mais

Apesar da polémica instalada entre o Governo e a Região Autónoma da Madeira e algumas autarquias do Continente, os números do OE para 2007 não enganam.

Entre o deve e haver, as estruturais regionais e locais se, por um lado, de acordo com as novas regras que estão já em aprovação no Parlamento, vão no próximo ano ver cair as suas receitas correntes em cerca de 4,7 por cento, verificarão, em simultâneo, que as suas receitas de capital sofrerão um aumento de cerca de 21 por cento. Ou seja, de forma global, as receitas crescerão 1,9 por cento.

Por outro lado, as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias, no âmbito da lei das finanças locais, e segundo o próprio ministro das Finanças já garantiu, vão manter-se exactamente na mesma como em 2006, ou seja, serão transferidos neste âmbito para o poder local, 2492,3 milhões de euros. A esta verba, prevê-se que os municípios aumentem em 13 por cento a receita de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que, como se sabe, constitui uma receita municipal.

Quanto às regiões está ainda previsto um aumento das verbas a descentralizar na ordem 548,8 milhões de euros, sendo que em 2006 esse valor se ficou nos 415 milhões de euros.

# Novos equipamentos sociais vão gerar 3200 empregos

## POLÍTICAS DE INCLUSÃO

**O terceiro plano de coordenação multisectorial das políticas e acções de combate à pobreza e à exclusão para o período de 2006-2008 foi já apresentado pública e formalmente, estando integrado na Estratégia de Lisboa da União Europeia.**

MARY RODRIGUES



Ricardo Oliveira/GPM

A CONSTRUÇÃO de novos equipamentos sociais destinados sobretudo a idosos e crianças permitirá, a curto prazo, a criação de 3200 novos postos de trabalho. O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a apresentação oficial do terceiro Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), no dia 23 de Outubro, em Lisboa, numa sessão que contou também com a participação do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

Perante uma vasta audiência constituída por quadros autárquicos e da Segurança Social, José Sócrates referiu que neste dia foram aprovadas 75 candidaturas para a construção de novas creches com capacidade para 3500 crianças.

Mas, acrescentou, “nas próximas duas semanas, o Governo aprovará mais candidaturas para a construção de 200 novos equipamentos sociais, entre lares, creches e centros de dia, que prestarão serviços a cerca de 9500 cidadãos”.

Segundo o chefe do Executivo, só com a construção destes novos equipamentos serão criados cerca de 3200 empregos”, aspecto que destacou especialmente porque “Portugal atravessa constran-

gimentos orçamentais que irão marcar 2007”.

Depois de frisar o empenhamento do Governo em desenvolver políticas activas de inclusão e saudar o facto destas beneficiarem, ao mesmo tempo, a promoção pública do emprego, Sócrates lembrou que se não existir consolidação das finanças públicas, “estará em causa, a prazo, a viabilidade das políticas sociais”.

Evidenciando que todas as sociedades contemporâneas geram, no seu processo de desenvolvimento, exclusão e marginalização e que elas próprias detêm os meios para combater estes fenómenos, o chefe de Governo considerou que, neste domínio da solidariedade, há “obrigações políticas e morais” ineludíveis que competem, em primeiro lugar, ao Estado, a quem cabe implementar políticas activas de inclusão, destinadas aos cidadãos menos qualificados, às crianças e aos idosos pobres.

Neste sentido, sublinhou que o Plano Nacional de Acção para a Inclusão tem como objectivo principal “a recusa da lógica de uma sociedade dividida”.

“Queremos igualdade de oportunidades. É uma obrigação política

e moral do Estado desenvolver este PNAI, que, na sua elaboração, foi muito participado por entidades da sociedade civil”, disse, vincando que o plano não se resume a um mero elencar de objectivos, uma vez que descreve “compromissos bem detalhados e quantificados”, que poderão ser aferidos em termos de execução.

A finalizar, o primeiro-ministro assegurou que com o desenvolvimento deste terceiro PNAI, que implica um investimento global de mais de 4700 milhões de euros, arranca “a maior operação de sempre de combate à pobreza em Portugal”.

### Romper com os ciclos de pobreza

Por sua vez, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social referiu-se ao plano como um “instrumento de mobilização das vontades e das políticas públicas” para romper eficazmente com os ciclos de pobreza.

“Para o Governo do PS, este não é mais um plano. Este é um instrumento decisivo para termos um país coeso e socialmente mais justo”, referiu, passando de seguida

a apresentar os três eixos centrais do PNAI.

Combater a pobreza dos sectores sociais que a ela estão mais expostos – como é o caso das crianças e dos idosos – é a primeira das prioridades traçadas num plano onde também se procura lutar contra as desvantagens na educação e na formação, enquanto estratégia central que age sobre factores mais estruturais.

Por fim, outro eixo de acção do plano passa por canalizar um acréscimo de recursos e vontades no apoio aos imigrantes e às pessoas portadoras de deficiência, contemplando igualmente uma perspectiva de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

“Temos hoje este instrumento muito poderoso e abrangente e cabe-nos a responsabilidade de transformá-lo em políticas concretas”, disse Vieira da Silva, apelando de seguida a todos os representantes das redes sociais e autarquias para que acompanhem, escrutinem, avaliem e examinem a execução do PNAI.

“Destá forma ficará garantida uma maior transparência e visibilidade”, assegurou o titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade.

Ao concluir, o governante ex-

plicou também que será feita, com este plano, uma abordagem territorial dos problemas, uma vez que “as diversas questões que se levantam carecem de um tratamento diferenciado consoante as regiões do país”.

Recorde-se que o Plano Nacional de Acção para a Inclusão – um programa que define metas temporais e montantes a gastar por cada uma das iniciativas que propõe – foi elaborado por uma equipa integrada por representantes de 14 ministérios, das regiões autónomas e ainda por responsáveis de vários organismos não governamentais.

Entre outras prioridades, o PNAI visa garantir que todos os beneficiários do Rendimento Social de Inserção estabeleçam acordos para a sua integração laboral e social, até 2008.

Neste plano está previsto apoiar 153 mil pessoas com dificuldades de integração no mercado de trabalho, mediante acções de formação/qualificação, instrução, apoio técnico também durante o próximo ano.

A terceira idade beneficiará de 19 mil novas vagas em equipamentos sociais, até 2009, e com seis mil lugares numa rede de cuidados continuados, no prazo de um ano.

O plano garante ainda a articulação privilegiada com outros programas desenvolvidos pelo Estado, como os Planos Nacionais para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), de Emprego (PNE), Tecnológico, de Saúde (PNS), de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência e Incapacidade (PAIPDI), para a Igualdade (PNI), Contra a Violência Doméstica e também com os planos de combate à propagação de doenças infecciosas em meio prisional e contra a droga e toxicod dependência.

## Administradores do Banco de Portugal perdem benefícios no sistema de pensões

OS ADMINISTRADORES do Banco de Portugal vão passar a ter uma remuneração fixa, sem componente variável, e deixam de ter regalias e benefícios respeitantes aos sistemas complementares de reforma. Estas são as principais alterações à Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovadas no dia 20 em Conselho de Ministros.

O decreto-lei, que procede à terceira alteração à Lei Orgânica do Banco de Portugal, está em linha com a revisão do Estatuto do Gestor Público, também aprovado em Conselho de Ministros (ver caixa).

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que, a partir de agora, os administradores do Banco de Portugal que



Pedro Silva/PS

passem à situação de reforma manterão o regime que tinham antes de entrar para aquela instituição.

“Qualquer gestor público beneficiará do sistema público de Segurança Social, não havendo lugar a qualquer regime complementar de reforma”, salientou.

Teixeira dos Santos sublinhou ainda que a Lei Orgânica determina a remuneração dos administradores do Banco de Portugal que, ao contrário dos restantes gestores públicos, “não comporta nenhuma componente variável”, de forma a “salvaguardar o estatuto de independência”.

O carácter não remunerado das funções dos membros do conselho consultivo do

banco central e a actualização da composição do conselho de auditoria, abandonando a norma de entre os seus membros constar um designado pelos trabalhadores da instituição foram outras das alterações introduzidas.

A limitação do mandato dos membros do conselho de administração, auditoria e consultivo do Banco de Portugal a cinco anos é outra alteração introduzida.

A lei actual permite que este período de cinco anos se prolongue até à aprovação das contas do mandato, explicou Teixeira dos Santos.

O mandato passa também a ser apenas renovável por uma vez e por igual período de tempo.

## OPINIÃO

ANTÓNIO GALAMBA  
Deputado

*Mais do que uma "ameaça económica", pela força e dinamismo empresarial e pela dimensão do mercado, a Espanha democrática e plural constitui hoje um desafio para os empreendedores portugueses e uma aposta segura para os desafios da internacionalização*

## De Espanha...

A VISITA do Presidente da República a Espanha, a liberalização formal do mercado de distribuição de energia e o renascimento do debate sobre o iberismo na sequência de uma sondagem do semanário "Sol", recolocou na ordem do dia uma questão fundamental para o desenvolvimento do nosso país, a da relação entre Portugal e Espanha.

Portugal, país tradicionalmente atlântico, tem, nas últimas décadas, valorizado fortemente a sua vocação europeísta.

Em termos geopolíticos, Portugal tem uma única fronteira terrestre e, conseqüentemente, viveu e viverá sempre a necessidade de efectuar um equilíbrio entre o mar e o continente ou, mais concretamente, entre o Atlântico e a restante Europa.

A Portugal e Espanha separam traços de identidade próprios e uma fronteira que nos dias da livre circulação de pessoas e bens, do Espaço Schengen, da Internet, do Programa Erasmus e de tudo aquilo que nos estreita já não separa ninguém, antes aproxima.

Portugal e Espanha partilham na Península Ibérica não só um espaço geográfico natural mas também um passado de influências históricas, aspirações e visões, que poderão ser projectadas num futuro de cooperação estratégica entre regiões e entre nações.

Na União Europeia, coincidimos na configuração do estatuto das regiões ultraperiféricas; no aprofundamento de um espaço de liberdade, segurança e justiça; na extensão de voto por maioria qualificada; na política externa da União em relação ao Magreb, ao Médio Oriente, a África e à América Latina e na defesa do princípio da coesão económica e social dentro da União.

Tanto Portugal como Espanha atribuem uma especial importância ao reforço das relações ibero-americanas; à necessidade de a União Europeia ter uma política comum de imigração e uma efectiva estratégia de apoio ao desenvolvimento dos países de origem dos imigrantes que procuram na Europa as oportunidades que não têm nos seus países.

Em domínios estratégicos como o dos transportes, da energia e do ambiente, coincidimos quanto à necessidade de se desenvolverem redes transeuropeias, de se potenciarem mercados ibéricos sectoriais e de se valorizar o património ambiental.

Significa isto, por um lado, que o dispositivo geoeconómico português se continentalizou com a entrada na Comunidade Europeia e, por outro, que o dispositivo diplomático estratégico de Portugal e Espanha se tem aproximado progressivamente até um ponto de grande convergência estratégica e económica.

Nos últimos vinte anos de integração em simultâneo no projecto europeu, evoluímos de um período de consolidação da Democracia e de lançamento das bases para o desenvolvimento para uma crescente troca de produtos, capitais e turistas, de tal forma que hoje Espanha é um dos principais parceiros do nosso país e Portugal é o quarto maior investidor, o terceiro maior cliente e o oitavo maior fornecedor de Espanha.

Mais do que uma "ameaça económica", pela força e dinamismo empresarial e pela dimensão do mercado, a Espanha democrática e plural constitui hoje um desafio para os empreendedores portugueses e uma aposta segura para os desafios da internacionalização. De Madrid a Oviedo, os portugueses são vistos com admiração. Uma admiração histórica por termos sabido fazer a Revolução dos Cravos e termos recuperado a Democracia quando Espanha ainda sofria com o regime franquista, mas admiração pela nossa iniciativa empresarial, pela nossa cultura e pela capacidade inovadora de muitas das nossas empresas inseridas no mercado ibérico.

Neste contexto, de cooperação estratégica, a que não será alheia a existência de uma excelente relação política entre os governos socialistas de Sócrates e de Zapatero, importa sublinhar a relevância política da primeira visita de Estado do actual Presidente da República ter sido ao Reino de Espanha; a importância de Portugal e Espanha estarem a trabalhar profusamente para que os temas da emigração e das relações Europa-África possam ter um forte impulso durante a Presidência Portuguesa da União (2º semestre de 2007) e a existência de uma relação intergovernamental sem crispação que não está à espera das cimeiras ibéricas, como a que ocorrerá em Badajoz, para superar as diferenças de perspectiva.

É este desejo de aprofundamento da relação entre Portugal e Espanha, de convergência de interesses entre Estados, entre governos (cimeiras luso-espanholas) e entre cidadãos, que a Assembleia da República deverá acompanhar através de uma efectiva cooperação parlamentar com as Cortes de Espanha. Porque, afinal, nada do que passa em Espanha é indiferente a Portugal e vice-versa.

## Idália Moniz apresenta projecto DOM

## ACOLHIMENTO DE MENORES EM RISCO

DOTAR as instituições de acolhimento de menores em risco com mais técnicos é o objectivo central do projecto DOM – Desafio Oportunidade e Mudança, cuja fase experimental arrancará, com dez centros, até final deste ano, segundo anunciou, no Porto, a secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz.

O DOM, que prevê a elaboração de um projecto individual de vida para cada criança, será alargado a mais instituições uma vez concluída a avaliação das dez experiências-piloto e se os resultados destas forem positivos.

Segundo Idália Moniz, que falava na sessão de abertura do seminário "A função das instituições de acolhimento na sociedade actual", o projecto que será liderado pelo Instituto de Segurança Social vai "fortalecer tecnicamente as instituições envolvidas e apoiá-las na sua organização e funcionamento".

A secretária de Estado adiantou que, em Novembro, haverá uma fase de diagnóstico das necessidades de cada entidade e só depois serão propostas as



Pedro Silva/IPS

equipas multidisciplinares.

Insistindo na ideia de que estes centros de acolhimento não podem funcionar numa lógica de grupo, a governante frisou que "cada criança tem que ser encarada com o seu percurso individual, que tem que ser tratado".

Idália Moniz lembrou que, no final de 2005, apenas 45 por cento do total de crianças institucionalizadas tinham planos de intervenção imediata.

Actualmente, garantiu, este número subiu significativamente, atingindo os 89 por cento. **M.R.**

## Passes sociais participados com 9,4 milhões de euros

## TRANSPORTES

ATÉ ao final de 2007, o Estado vai fazer uma despesa de 9,4 milhões de euros na comparticipação de passes sociais da área metropolitana de Lisboa. A decisão foi tomada em Conselho de Ministros, visando assegurar um sistema de apoio e incentivo à utilização dos transportes públicos, em detrimento do transporte individual.

Em conferência de Imprensa, o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, referiu que o valor da despesa que será feita pelo Governo, até ao final do próximo ano, "manter-se-á praticamente inalterado" face aos actuais gastos.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, o Estado irá celebrar acordos com as empresas Rodoviária de Lisboa, Transportes do Sul do Tejo, Vimeca Transportes e Scoturb.

Na sequência da concretização dos acordos, aquele conjunto de empresas rodoviárias "obrigam-se a manter a oferta dos títulos integrados de transporte (vulgarmente designados por passes sociais) L1, L12, L123, L123SX, L123MA, 12, 23 e 123, nas modalidades normal, crianças, terceira idade, reformados e pensionistas".



Ainda no que diz respeito ao sector dos transportes, o Governo pretende igualmente estimular todas as parcerias público-privadas (PPP) que permitam "direccionar a capacidade de gestão" do sector privado para o público.

Neste sentido, a secretária de Estado, Ana Paula Vitorino, lembrou, em recentes declarações à Imprensa, o sucesso de uma experiência deste género realizada em Arganil onde uma parceria com a Trandev (grupo francês) permitiu agregar dentro de uma rede uma série de transportes que se encon-

travam em total desarticulação.

A governante explicou ainda que as PPP vão ser estabelecidas à luz de quatro regras básicas: viabilidade económica para o sector público, viabilidade financeira para o sector privado, equidade entre ambos na partilha de riscos e optimização dos recursos públicos.

A ideia é que, sob estes pressupostos, se possa contribuir para melhorar significativamente a qualidade da oferta de transportes e a abrangência da rede em termos de potenciais passageiros. **M.R.**

# AR aprova proposta de referendo do PS sobre a despenalização da IVG

**O referendo sobre a despenalização voluntária da gravidez “diz respeito a um problema de política criminal do Estado democrático”, não estando em causa “qualquer discussão complexa e interminável sobre o sentido da vida” ou “o início da vida humana”, afirmou o líder da bancada socialista, Alberto Martins, durante o debate na AR da proposta do PS de um novo referendo sobre o aborto, aprovada pela maioria do Parlamento. Cumpram-se assim mais uma das promessas eleitorais do nosso partido.**

J. C. CASTELO BRANCO



Pedro Silva/PS

NO DISCURSO pedagógico e didático que efectuou no Parlamento, Alberto Martins referiu que o PS não está disponível para discutir “posições de natureza moral, filosófica ou religiosa”, mas sim para discutir, “e é isso que está em causa”, uma alteração ao Código Penal, “com a firme convicção política de que o Código Penal de um Estado democrático não pode nem deve servir para proteger, sustentar ou prosseguir particulares concepções morais, filosóficas ou religiosas”.

Na sua intervenção, o líder da bancada socialista apelou aos portugueses que votem pelo ‘sim’ no referendo. Em primeiro lugar, disse, para “terminar com a ameaça de prisão das mulheres e a sua sujeição ao calvário de um processo judicial, o qual não pode ser a resposta justa para o drama vivido por muitas mulheres portuguesas”.

E em segundo lugar, acrescentou, “contra o aborto clandestino”, através da viabilização de “uma alternativa legal com garantia de condições de saúde e dignidade para as mulheres, designadamente as mais frágeis, nos planos cultural, económico e social. E que, simultaneamente, faculte mecanismos de apoio social que ofereçam uma oportunidade de evitar o aborto”.

Segundo explicou o líder parlamentar socialista, “ao legalizar a interrupção voluntária da gravidez sob determinadas condições não se está, como é evidente, a liberalizar o aborto”, mas, apenas, “a alargar, de forma razoável e equilibrada, o elenco das excepções já hoje admitidas na lei à regra geral de criminalização, que permanece em vigor”.

Alberto Martins sublinhou ainda que “não se faz a apologia do aborto, não se recomenda, não se favorece ou se incita a sua prática. Antes se renuncia à punição por razões ponderosas e em nome de valores superiores de uma sociedade democrática”.

O líder da bancada socialista reiterou que a “única questão” a decidir no referendo sobre a despenalização do

aborto é saber se sim ou não se deve permitir a interrupção voluntária da gravidez nas dez primeiras semanas ou, em contrário, e nesta circunstância, a perseguição penal, o julgamento e eventualmente o envio para a prisão. Por isso, frisou, “propomos e apelamos aos portugueses que votem ‘sim’”.

Mas, para além de Alberto Martins, intervieram também pela bancada socialista neste debate os deputados Marcos Perestrello, Ana Catarina Mendes, Pedro Nuno Santos e Maria de Belém Roseira.

## Combater o aborto clandestino

Na sua intervenção, Marcos Perestrello afirmou que é preciso enfrentar a actual situação com coragem, reconhecendo que a lei que penaliza a interrupção da gravidez “é uma lei ineficaz e socialmente injusta”, cujo “único efeito prático é impedir que as interrupções da gravidez ocorram em locais adequados e com o devido acompanhamento médico”.

Para o deputado do PS, se a actual lei “é injusta, perversa e ineficaz, então só há um caminho – mudá-la”, acrescentando que a solução legal que se pretende adoptar com a realização do referendo “é uma solução equilibrada e razoável”, cujo objectivo principal é “combater o aborto clandestino”.

Já a deputada socialista Ana Catarina Mendes começou por afirmar que hoje, passados oito anos sobre a realização do referendo sobre a despenalização da IVG, “há mais pessoas a recorrer ao aborto clandestino, há mais pessoas a morrer e há mais pessoas que sofrem com esta lei injusta”.

O que está em causa, explicou, “é uma alteração ao artigo 132º do Código Penal, isto é, interrupção voluntária da gravidez não punível”.

Segundo Ana Catarina Mendes, “falar com clareza” sobre esta questão é, acima de tudo, “falar de uma lei que hoje permite que existam processos judiciais, humilhações públicas, prisão, julgamentos, desumanidade, mortes por aborto clandestino”, salientando que “é este o cenário que nos deve envergonhar” e que urge alterar.

Depois de lembrar que a actual lei é “profundamente injusta e geradora de desigualdades”, a deputada socialista lembrou que “Portugal é o único país da União Europeia que persegue as mulheres” pela prática de aborto.

E concluiu, afirmando que “as más leis são o pior tipo de tirania. A lei do

aborto actual é uma má lei”.

Por sua vez, o deputado e líder da JS, Pedro Nuno Santos, sublinhou que o objectivo do PS não é apenas convocar um novo referendo sobre o aborto, mas também, frisou, “alterar uma lei que tem permitido o julgamento e a condenação de mulheres, que nada fez pela vida, que não acabou com o aborto clandestino, e que já ninguém quer ver aplicada”.

## Acabar com julgamentos e prisões

O “grande objectivo” do PS e da JS é “acabar com a investigação, os interrogatórios, os julgamentos e as prisões” a que são sujeitas as mulheres portuguesas, disse.

Segundo sublinhou Pedro Nuno Santos, “o que vamos decidir no referendo é se queremos que os julgamentos e as condenações continuem em Portugal”. Ou seja, explicou, “quem quer que continuem vota ‘não’. Quem não quer vota ‘não’”.

Pela bancada socialista também interveio Maria de Belém Roseira, que salientou que a “questão central” deste debate “é saber se a sanção actualmente em vigor se aplica a todos os que cometem o mesmo crime”. E a esta pergunta a resposta, disse, “só pode ser não”, já que no triângulo mulher, homem e sociedade “só a mulher é julgada, exposta, devassada, vilipendiada e condenada”.

Na esmagadora maioria das vezes, adiantou, “o homem nem aparece ou desaparece e a sociedade, essa, parece que não tem responsabilidades e só dá a cara, institucionalmente organizada, para castigar, nunca para assumir a sua responsabilidade face à prevenção que não assumiu ou não deixou assumir, nem para a reparação que nunca foi capaz de organizar de forma consistente”.

Maria de Belém Roseira sublinhou ainda que “a pena consagrada em processo penal continua a não se aplicar a todas as mulheres”, uma vez que “as mais fortes do ponto de vista financeiro resolvem facilmente o problema de uma gravidez indesejada”. Para essas, acrescentou, “não faltam meios nem recursos. É a liberalização total”.

Neste quadro, a deputada socialista perguntou: “É justa uma sanção que perante o mesmo crime, se aplica a alguns responsáveis e de entre estes apenas àqueles que mais frágeis são do ponto de vista social? Onde está o nosso sentido de justiça?”

## OPINIÃO



MARCOS PERESTRELLO  
Deputado

*A solução legal que o PS preconiza e pretende adoptar com a realização do referendo é uma solução equilibrada e razoável*

## Uma lei justa equilibrada e razoável

EXISTE hoje na sociedade portuguesa um certo consenso quanto à necessidade urgente de despenalizar a interrupção voluntária da gravidez, quando realizada nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

Mesmo amplos sectores da direita já não se atrevem a defender que uma jovem adolescente seja mandada para a prisão como sequência de uma interrupção de gravidez realizada num momento de desespero. Por isso, vêm alguns dos seus porta-vozes propor agora a suspensão da aplicação da lei.

Portugal é um Estado de Direito e num Estado de Direito as leis vigentes aplicam-se com rigor e produzem efeitos sobre quem as infringe.

Uma lei penal anulada na sua eficácia apresenta-se apenas como uma punição moral e representa o mais evidente sinal de má consciência dos que dizem defendê-la. Uma lei penal com essas características constitui apenas um instrumento de humilhação pública, o que é inaceitável nos dias de hoje. A era do pelourinho já passou. Aí sim, os castigos eram aplicados em espectáculo público para humilhação dos castigados.

Admitir a suspensão dos efeitos da aplicação da lei actual é um desrespeito pelo Estado de Direito e pelos princípios elementares da ordem jurídica e da legalidade. Mas é, sobretudo, uma hipocrisia porque não retira as adolescentes e as mulheres socialmente mais desfavorecidas da desumanidade e dos riscos que o aborto clandestino implica para a vida e para a saúde das mulheres.

A lei que penaliza a interrupção da gravidez é uma lei ineficaz e socialmente injusta.

É ineficaz e socialmente injusta porque nenhuma mulher deixa de fazer um aborto por causa desta lei. As que têm meios financeiros deslocam-se ao estrangeiro e interrompem a gravidez em segurança. As adolescentes e as mulheres de origem social mais desfavorecida são atiradas para o aborto clandestino, em condições que representam um problema de saúde pública, cuja gravidade mais se torna evidente quando comparada com a situação dos países que na Europa resolveram há mais tempo esta questão.

É uma lei cujo único efeito prático é impedir que as interrupções da gravidez ocorram em locais adequados e com o devido acompanhamento médico.

E se a lei é injusta, perversa e ineficaz, então só há um caminho – mudá-la.

A solução legal que o PS preconiza e pretende adoptar com a realização do referendo é uma solução equilibrada e razoável.

É equilibrada e razoável porque não vai mais longe do que o consenso médico e científico sobre as condições em que se pode realizar em segurança uma interrupção da gravidez.

É equilibrada e razoável porque permite compatibilizar a liberdade pessoal e a consciência individual, na medida em que não impõe soluções mas permite a cada um agir de acordo com as suas convicções.

A solução que se propõe tem como objectivo principal combater o aborto clandestino, chamando ao sistema de saúde as mulheres e as jovens que engravidaram sem querer e encaram a interrupção da gravidez como a única saída possível. Ao permitir o acesso dessas mulheres e jovens ao sistema de saúde, público ou privado, a lei substitui a proibição pelo incentivo ao recurso a ajuda profissional, médica e social, que pode designadamente ser determinante para evitar a repetição de situações idênticas.

A despenalização da interrupção da gravidez nas condições agora submetidas a referendo não corresponde a uma liberalização ou à defesa do aborto como um direito ilimitado.

A despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nas primeiras dez semanas, procura tão só retirar da prisão mulheres fragilizadas, que não são criminosas, e combater o aborto clandestino, acabando com uma atávica discriminação social e económica, ao mesmo tempo que ajuda a resolver um sério problema de saúde pública.

Ao submeter a presente questão a referendo, o PS cumpre mais um compromisso eleitoral. Ao contrário de outros, entende que nesta matéria não deve haver lugar para ambiguidades ou evasivas. Temos uma posição clara e damos a cara por ela, para acabar com esta humilhação infligida às mulheres, substituindo uma lei injusta, perversa e ineficaz por uma lei justa, equilibrada e razoável.

## OPINIÃO



ÓSCAR GASPAR  
Economista

*Este é também o OE em que a reforma da Administração Pública começa a ter os seus impactos, o que nos permite acreditar que estamos a contribuir para que o modelo social em que acreditamos não possa ser criticado por questões de sustentabilidade*

## OE 2007 ou a coragem de tomar o remédio certo

A EXPECTATIVA sobre um Orçamento do Estado é sempre elevada e nos últimos anos esse sentimento é reforçado pelo reconhecimento da grave situação das finanças públicas portuguesas. Mas diga-se, desde logo, que o Orçamento está longe de ser o único instrumento de política ou de constituir o alfa e o ómega da actividade da administração.

Para além de ser um documento complexo (uma lei com mais de uma centena de artigos, a alteração de dezenas de leis, um relatório longo e que não é sujeito a votação parlamentar, centenas de páginas de mapas diversos), algumas das questões mais importantes do Orçamento não afectam directamente os cidadãos já que tratam de questões macroeconómicas ou da política de do Estado enquanto empregador.

Para o cidadão não dirá muito o facto da política orçamental para 2007 permitir a redução do peso da despesa total do Sector Público Administrativo no PIB de 46,3 por cento em 2006 para 45,4 por cento e que se baixa o défice para 3,7 por cento do PIB, de acordo com a trajectória de consolidação delineada. O mais relevante é ter consciência que se estão a combater os desperdícios e que o desempenho das finanças públicas portuguesas é reconhecido pelas instituições internacionais no sentido de que se caminha no sentido correcto.

Para mais, e remetendo para a génese política dos orçamentos, devemos entender este instrumento como uma autorização política da Assembleia da República ao Governo, estabelecendo tectos de despesa e permitindo a arrecadação de impostos. Neste sentido, o OE deve ser tido com uma forma de acompanhamento e controlo da despesa, já que o seu financiamento é suportado pelos cidadãos. A execução do OE 2006, seja no controlo da despesa bem como na arrecadação da receita e, nomeadamente, da cobrança decorrente da luta contra a fuga ao fisco e à Segurança Social, dão credenciais ao Governo para prosseguir a política orçamental, sem aumento de impostos nem receitas extraordinárias.

Por outro lado, um Orçamento do Estado é importante pelo retrato que faz do país e pelas expectativas que reflecte para o ano seguinte. Neste capítulo, o OE 2007 confirma que estamos a crescer mais do que previsto o ano passado (e que a oposição acusou de irrealista) e que a economia vai acelerar no próximo ano. Ainda a um nível que não nos deixa satisfeitos, a verdade é que o excelente contributo das exportações e também já do consumo privado, fazem ter confiança num crescimento de 1,7 por cento, acima do que tivemos nos últimos cinco anos.

No que respeita às finanças propriamente ditas, o OE 2007 tem um carácter particular, já que é o primeiro em que as transferências para os municípios, freguesias e regiões autónomas são efectuadas com critérios mais justos. Recorde-se aqui que, pela primeira vez, se reconhece que a Região Autónoma dos Açores, pelo número de ilhas, sua dispersão e poder de compra, justifica um esforço de coesão maior do todo nacional. Este é também o OE em que a reforma da Administração Pública começa a ter os seus impactos, o que nos permite acreditar que estamos a contribuir para que o modelo social em que acreditamos não possa ser criticado por questões de sustentabilidade.

Em termos de medidas concretas, enquanto os analistas se distraem em simulações que, muitas vezes, têm beneficiário identificável, gostaria de chamar a atenção para o esforço que é feito do lado do estímulo ao investimento e ao emprego. Sem pretensão de exaustividade, estas são medidas de apoio à actividade económica no OE 2007:

- incentivo fiscal à renovação da frota de veículos pesados.
- Permite-se o diferimento do pagamento de IVA nas mercadorias importadas, o que permite melhor gestão da tesouraria das empresas.
- Há uma redução do IVA para a taxa reduzida de 5 por cento "nas empreitadas de reabilitação dos imóveis.
- Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos países africanos de língua oficial portuguesa.
- São prorrogados os benefícios fiscais à interioridade:
  - a) É reduzida a 20 por cento a taxa do imposto sobre o IRC para as entidades cuja actividade principal se situe nas áreas beneficiárias.
  - b) A taxa é reduzida para 15 por cento no caso de instalação de novas entidades.
  - c) São majoradas as reintegrações e amortizações relativas a despesas de investimentos até 500 mil euros.
  - d) São majorados para fins fiscais os encargos sociais obrigatórios suportados pela entidade empregadora relativos à criação de emprego.
  - e) São criados benefícios à reestruturação de empresas.

## Mulheres socialistas unidas na campanha pelo "sim" no referendo ao aborto

**O secretário-geral do PS, José Sócrates, reafirmou a sua participação activa na campanha pelo "sim" no referendo sobre a despenalização do aborto, num encontro do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), realizado na sede nacional, onde ficou patente a união das mais de 200 militantes presentes em torno do combate pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) e pelo aprofundamento das políticas de igualdade de género.**

J. C. CASTELO BRANCO

"EU VOU participar. Qual é a novidade? Sempre participei e vou-me empenhar nesta campanha", disse, sublinhando que a proposta do PS, que classificou de "moderada, equilibrada e razoável", configura um "equilíbrio entre as convicções pessoais e a liberdade".

O primeiro objectivo da lei, explicou Sócrates, "é não mandar para a prisão as mulheres que façam um aborto até às dez semanas de gravidez". O segundo objectivo, acrescentou, "combater a chaga do aborto clandestino, que é própria de um país atrasado".

Na sua intervenção na sessão de abertura do "Encontro das Mulheres Eleitas – um Debate sobre o Trabalho em Rede", o líder socialista criticou ainda os que, com medo de perderem o referendo, defendem a manutenção da actual lei, mas sugerem ao mesmo tempo "engenharias processuais" para evitar os julgamentos. "É uma total hipocrisia e um notável oportunismo", acusou, sublinhando que esta postura resume-se a uma frase: "Concordar discordando e discordar concordando".

Por outro lado, José Sócrates reafirmou que "o PS está determinado e com uma vontade inabalável em cumprir o seu programa de Governo", salientando que "a igualdade de género continua a ser uma prioridade", no âmbito da agenda reformista que o Executivo tem vindo a prosseguir.

"O único partido que tem mais de um terço de mulheres na sua bancada é o PS, um facto que coloca o nosso partido na vanguarda da melhoria da democracia", disse. E este facto, acrescentou, deve-se à Lei da Paridade, que constitui "o maior avanço político na promoção da igualdade de género" desde a Constituição de 1976.

Antes de José Sócrates, a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto, realçou o "facto novo" que é o excelente trabalho em rede realizado



Pedro Silva/PS

pelas mulheres socialistas nos diversos departamentos federativos do país, sublinhando que tem toda a justificação a existência de organizações de mulheres no interior dos partidos. "Uma coisa são as disposições constitucionais e a legislação ordinária, outra são as práticas, as mentalidades, por isso há ainda muita coisa por fazer", disse.

Segundo Maria Manuela Augusto, "é preciso construir juntos e juntas medidas que forcem a mudança, como é o caso da Lei da Paridade", acrescentando que "a democracia só será representativa se incluir os dois géneros".

A presidência portuguesa da União Europeia no segundo semestre do próximo ano e o facto de 2007 ser o ano da igualdade para todos foram apontados por Maria Manuela Augusto como "oportunidades únicas" para o trabalho em rede das mulheres socialistas.

Mas o próximo referendo sobre o aborto ocupou grande parte da intervenção da presidente das mulheres socialistas, que denunciou o "discurso demagógico" que já começou a ser feito pelo líder do PSD, Marques Mendes, ao afirmar que "votaremos não no referendo, mas não queremos ver mulheres condenadas".

Para Maria Manuela Augusto, "não pode haver um discurso mais hipócrita e nós, militantes socialistas, não podemos aceitar que este discurso faça o seu caminho".

"O que nós queremos é despenalizar o aborto. O que está em causa é que os filhos sejam mesmo desejados, ou seja, que haja uma paternidade e maternidade conscientes", disse.

### Consolidar e aumentar a rede

Para que a vitória do "sim" no referendo seja uma realidade, a presidente do DNMS afirmou que "temos de consolidar e aumentar a rede".

Na sua intervenção, Maria Manuela Augusto congratulou-se ainda com a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao economista Muhammad Yunus, o criador do Grameen Bank, que concede microcrédito aos mais pobres

para lançar o seu negócio, preferindo as mulheres como clientes.

Hoje, "95 por cento dos empréstimos são concedidos a mulheres", disse, concluindo: "O que será do mundo quando todos acreditarem na capacidade empreendedora e de liderança das mulheres?"

Por sua vez, a secretária-geral das Mulheres da Internacional Socialista, Marlene Haas, chamou a atenção para a necessidade de haver estruturas femininas no interior dos partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas filiados na IS, já que "um partido com uma organização feminina funciona melhor".

Para Marlene Haas, "é importante que as mulheres socialistas trabalhem juntas, para alcançar os nossos ideais de democracia e justiça social".

Na sua intervenção, Haas referiu ainda que as quotas "são um instrumento importantíssimo para se alcançar a paridade", sublinhando que nos mais de 60 partidos da IS onde há sistema de quotas, "a participação das mulheres é mais elevada".

O encerramento dos trabalhos coube ao secretário de Estado Jorge Lácio, que deu notícia do que está a ser realizado pelo Governo ao nível das políticas de igualdade de género, que considerou "um tema nuclear da afirmação política da identidade do PS".

Nesse sentido, apontou a Lei da Paridade, a reprodução medicamente assistida, a autonomização do crime de violência doméstica na nossa ordem jurídica e o combate ao tráfico de seres humanos como exemplos paradigmáticos da acção governativa.

Sobre o referendo da IVG, Jorge Lácio afirmou que "o PS vai estar mobilizado para este combate pela vitória do 'sim', em espírito de partilha com muitas organizações da sociedade civil".

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros referiu ainda que o QREN para 2007-2013 ao canalizar a maior parte dos fundos comunitários para a competitividade, a valorização dos recursos humanos e a coesão territorial será um importante instrumento para "promover a igualdade entre homens e mulheres".



NA PRIMEIRA ENTREVISTA DE JOSÉ SÓCRATES, DEPOIS DE REELEITO

# “A principal razão de ser do PS é Portugal”

A estratégia de fundo do Governo está delineada a pensar sobretudo nas próximas gerações, declara José Sócrates, para quem as manifestações dos últimos dias não o impedirão de fazer aquilo que considera “certo e justo”.

Nesta primeira entrevista ao “Acção Socialista”, o reeleito líder do PS e primeiro-ministro sublinha que não governa a pensar nas próximas eleições, antes concentra todos os esforços “nos grandes problemas do

país e nas soluções que temos para os resolver”. Em relação ao Orçamento de Estado para 2007, José Sócrates defende que este é o instrumento que ao mesmo tempo permite “consolidar as finanças públicas na linha do definido no início do mandato, relançar a economia, qualificar os portugueses e dar sustentabilidade ao nosso modelo social”.

Já no que respeita ao próximo Congresso, o secretário-geral do PS espera que dele saia um partido renovado e revigorado.



Ricardo Oliveira/GIPM

**Quando falta cerca de meio ano para completar metade da presente legislatura, qual o balanço que faz da actividade do Executivo?**

Ao longo deste ano e meio restaurámos o clima de confiança e metemos mãos à obra. Iniciámos, com sucesso reconhecido, o processo de consolidação estrutural das finanças públicas, com rigor e transparência, sem recorrer a truques contabilísticos; relançámos a economia e invertimos

a tendência para o crescimento do desemprego; definimos e estamos a concretizar um plano tecnológico – uma ideia política para valorizar o conhecimento, a tecnologia e a inovação –; relançámos as políticas sociais, as políticas de inclusão e o combate à pobreza, assumindo como prioritária a pobreza entre os idosos; estabelecemos e desencadeámos um ambicioso programa de qualificação dos portugueses, tendo em vista as novas exigências da

economia e das sociedades desenvolvidas; iniciámos o processo de modernização do Estado; assumimos a exigência democrática da equidade na consideração e no estatuto social e profissional dos cidadãos e fizemos prevalecer o interesse geral sobre os interesses particulares ou corporativos. Os resultados são já visíveis: a economia está a crescer e parou o crescimento do desemprego e há mesmo um crescimento líquido do emprego na economia.

**Só não haveria resistências se deixássemos tudo com estava**

**O Governo tem avançado com reformas estruturais para a sociedade portuguesa. Quais as áreas onde se têm sentido as maiores dificuldades?**

É claro que reformas tão profundas como as que acabei de referir têm de suscitar resistências, sobretudo quando estatutos desiguais geravam privilégios incompreensíveis e intoleráveis numa sociedade democrática. Só não haveria resistências se deixássemos tudo como estava. Mas não foi para isso que



Ricardo Oliveira/GPM

os portugueses nos confiaram um mandato tão expressivo.

**Como se traduz no Orçamento de Estado para 2007 a estratégia definida pelo Governo para o resto do mandato?**

Este é um orçamento de rigor e crescimento. Fomos confrontados com a necessidade de remover as causas estruturais dos desequilíbrios orçamentais, o que exigiu que elaborássemos orçamentos – três até este momento – credíveis, rigorosos, coerentes e consequentes. Orçamentos credíveis, na medida em que consideram cenários macroeconómicos realistas, face à evolução recente da economia mundial. Orçamentos rigorosos, já que promovem reais reduções das despesas de funcionamento, rejeitam as receitas extraordinárias e temporárias, gerando uma verdadeira contenção pelo lado da despesa e reduzindo, consequentemente, o seu peso no PIB. Orçamentos coerentes, que prosseguem uma estratégia plurianual de superação dos desequilíbrios das contas públicas, delimitada no PEC e avalizada pela UE. A recente proposta de Orçamento do Estado para 2007 prossegue a estratégia de consolidação definida no PEC, tendo por objectivo reduzir o défice de 4,6 por cento para 3,7 por cento do PIB. A política orçamental para 2007 permitirá ainda

reduzir o peso da despesa total do Sector Público Administrativo no PIB de 46,3 por cento para 45,4 por cento, da despesa primária de 43,4 por cento para 42,4 por cento e da despesa corrente primária de 39,8 por cento para 39,0 por cento.

Por último, orçamentos consequentes, já que assumem as nossas grandes prioridades: o investimento na ciência, na tecnologia e na inovação; a aposta na qualificação dos portugueses e o compromisso do combate à pobreza, em particular a pobreza dos idosos. Assim, o OE 2007 é o instrumento de política que, simultaneamente, permite consolidar as finanças públicas na linha do definido no início do mandato, relançar a economia, qualificar os portugueses e dar sustentabilidade ao nosso modelo social.

**Porque é que neste orçamento de contenção e rigor há uma clara e significativa aposta na Ciência, que vê o seu orçamento aumentar 64 por cento?**

Assumimos uma aposta muito forte no conhecimento, na qualificação dos portugueses, na tecnologia e na inovação. O Plano Tecnológico constitui-se como pilar central da nossa política económica, promovendo a qualificação dos recursos humanos, vencendo o atraso científico e tecnológico e

imprimindo um novo impulso à inovação empresarial.

Neste quadro temos iniciativas como as «Novas Oportunidades», com dois objectivos centrais: garantir que, até 2010, 650 mil jovens concluem o 12º ano com uma dupla certificação, escolar e profissional, e que um milhão de portugueses, já inseridos no mercado de trabalho, tenha uma nova oportunidade para aumentar as suas qualificações escolares e profissionais.

O reforço em 64 por cento do orçamento de funcionamento da Ciência para 2007 deve, pois, ser enquadrado na estratégia de reforço da competitividade portuguesa, onde o conhecimento e a sua valorização económica são essenciais. Por exemplo, para estimular o investimento privado em I&D, tomámos medidas concretas. Repusemos os benefícios fiscais, reforçámos a contribuição do sector público empresarial e garantimos níveis mínimos de I&D associados a grandes investimentos. Também é muito relevante a associação a entidades como a Microsoft, o MIT e a Carnegie Mellon, enquanto parceiros de excelência para alavancar a investigação científica e a utilização das novas tecnologias. No mesmo sentido, criámos, na última cimeira com Espanha, um Instituto Ibérico de Investigação

“O OE 2007 é o instrumento de política que, simultaneamente, permite consolidar as finanças públicas na linha do definido no início do mandato, relançar a economia, qualificar os portugueses e dar sustentabilidade ao nosso modelo social”

e Desenvolvimento, a desenvolver em Braga.

Também as apostas do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional, que vai orientar os investimentos co-financiados por fundos comunitários no período 2007-2013, renovam as políticas públicas, reforçando significativamente as intervenções para a qualificação dos portugueses e mantendo a lógica do apoio selectivo à competitividade nos apoios às empresas. Com efeito, o próximo QREN fará aumentar em cerca de 10 pontos a percentagem das verbas do Fundo Social Europeu no conjunto dos fundos estruturais, passando de 26,5 por cento para 37 por cento, e levando a que, nos próximos anos, as áreas da educação, da formação e da ciência tenham mais 1300 milhões de euros do que tiveram no Quadro Comunitário anterior, passando de 4700 para 6 mil milhões de euros.

**As manifestações organizadas pelos sindicatos têm preenchido os noticiários dos últimos dias. Que leitura faz desses acontecimentos?**

Vivemos em democracia e os cidadãos podem e devem manifestar-se quando discordam de algumas medidas ou quando entendem que alguns dos seus interesses são tocados. Mas também é verdade que em democracia estão previstos mecanismos institucionais que para



Ricardo Oliveira/GIPM

a tomada de decisões quer para o exercício válido, útil e eficaz da crítica, como é o caso do Parlamento. E a verdade é que a nossa estratégia de fundo está delineada a pensar, certamente também no imediato, mas, sobretudo, nas próximas gerações. É claro que não menosprezo o significado das manifestações, mas nem por isso iremos deixar de fazer aquilo que consideramos certo e justo e que, afinal, mereceu o consenso dos eleitores no momento apropriado.

**Se as eleições legislativas fossem amanhã, esperaria ser reeleito com maioria absoluta?**

Não governo a pensar nas próximas eleições. Governo a pensar, por um lado, na resolução dos problemas acumulados que vêm deprimindo a nossa economia e a nossa capacidade de afirmação num mundo globalizado e cada vez mais competitivo e, por outro, na projecção do nosso país num futuro cada vez mais exigente em todas as frentes do crescimento e do desenvolvimento, da coesão social e da afirmação cultural da nossa sociedade.

**No plano partidário, aproxima-se o Congresso e com ele uma reflexão sobre a governação socialista. Quais as suas expectativas relativamente à reunião magna de Novembro?**

O que eu espero é que o Congresso esteja à altura dos enormes desafios que o PS enfrenta na governação do nosso país. Estou certo de que assim será. Afinal, a principal razão de ser do nosso partido é o nosso próprio país. E tendo os portugueses confiado uma maioria absoluta ao PS, estranho seria que não a puséssemos integralmente ao serviço de quem em nós confiou. É minha convicção de que este é o momento certo para concentrarmos todos os nossos esforços nos grandes problemas do país e nas soluções para temos para os resolver. Do sucesso das nossas políticas para o país, marcadas pelos nossos valores de sempre, acabará por resultar também um reforço da nossa própria identidade e do nosso projecto enquanto partido.

**Na sua moção fala em renovação dos órgãos dirigentes nacionais do partido assente em três princípios orientadores: maior participação de pessoas com forte percurso profissional, maior participação de jovens quadros políticos e maior participação de militantes sem experiência anterior de cargos dirigentes. Como é que pretende implementar de facto esta orientação?**

A moção enuncia várias medidas para favorecer estes objectivos, seja através de uma maior e mais

diversificada abertura do partido à sociedade, alargando o seu raio de influência e a sua interacção com os valores emergentes na sociedade, seja através de iniciativas que promovam a formação política de cidadãos, militantes ou não, que partilham connosco convicções políticas e sociais, seja, ainda, através de uma circulação da informação mais eficaz e de uma presença mais activa no universo dos movimentos e organizações sociais. O resultado deste esforço traduzir-se-á num renovamento e revigoração do partido.

**Reiterou por diversas vezes, nos últimos dias, que se vai empenhar activamente na campanha pelo "sim" no referendo sobre a despenalização da IVG. Qual a forma que vai ter a sua participação neste debate?**

Darei, neste debate, o meu melhor para que Portugal acabe a chaga do aborto clandestino, e pela despenalização da mulher que pratique IVG até às 10 semanas em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

**Com a presidência portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, qual a estratégia para a reafirmação de Portugal no contexto internacional e mais especificamente no panorama comunitário?**

“Não governo a pensar nas próximas eleições. Governo a pensar na resolução dos problemas acumulados que vêm deprimindo a nossa economia e a nossa capacidade de afirmação num mundo globalizado e cada vez mais competitivo. Afinal, a principal razão de ser do nosso partido é o nosso próprio País”

A Presidência do Conselho da União Europeia é uma oportunidade única para consolidarmos a nossa presença activa no projecto europeu. É um processo com dois sentidos, uma espécie de simbiose entre o Estado-membro e a União. A nível interno, teremos pela frente vários desafios, desde a manutenção e o reforço do ritmo actual de implementação da Estratégia de Lisboa, que lançámos na nossa última Presidência, até ao processo constitucional, passando por muitas outras áreas-chave em que é necessária mais União.

O mundo precisa de uma Europa mais forte e mais coesa capaz de dar resposta a desafios tão importantes como as alterações climáticas, a energia, o combate ao terrorismo ou à imigração ilegal. As Cimeiras e os diversos encontros com países terceiros que iremos organizar durante a nossa Presidência irão servir para potenciar as nossas relações bilaterais, reforçando o papel da Europa na cena internacional, ao serviço de um multilateralismo mais activo, mais inclusivo e mais progressista.

**O Executivo inscreveu no seu programa, como prioridade, o combate à fraude e evasão fiscais. Como avalia os resultados obtidos até este momento?**

Assumimos que uma das prioridades do Ministério das Finanças

Nos últimos meses têm-se consolidado os sinais de melhoria da actividade económica



Ricardo Oliveira/GIPM

seria a do combate à fraude e evasão fiscal. Depois dos excelentes resultados de 2005 (recuperámos 1365 milhões de euros, num crescimento de +29,4 por cento relativamente a 2004), os dados do corrente ano também são muito positivos e mesmo acima das expectativas. Até Setembro, a cobrança coerciva, incluindo as coimas, ascendia a cerca de 1130 milhões de euros, representando um crescimento de 26 por cento relativamente a igual período do ano anterior e 75 por cento do objectivo para o ano.

Recordo que avançámos também com a publicação da lista dos contribuintes com dívidas superiores a 50 mil euro em IRS ou 200 mil euros em IRC. Sobre o sigilo bancário, o Governo aprovou, em 6 de Julho, uma proposta de lei que visa a simplificação do acesso da administração fiscal à informação bancária. Este diploma já foi discutido na Assembleia da República e prossegue a via legislativa parlamentar.

**De que forma é que o Governo do PS tem dado resposta à questão das desigualdades – questão central do ideário socialista – num país com as maiores diferenças de rendimentos da UE-25?**

Esta é precisamente uma das marcas deste Governo. O princípio da equidade tem sido o grande princípio que norteia as grandes decisões

que temos vindo a tomar. São de todos conhecidas as medidas que têm vindo a ser tomadas para acabar com privilégios intoleráveis numa sociedade democrática. Dou um simples exemplo: a convergência da idade da reforma no público e no privado. Ou o fim de tantos regimes especiais de reforma no sector do Estado público e empresarial do Estado, mas igualmente em relação a políticos e a gestores públicos.

**Não acha que os detentores do capital têm ficado um pouco à margem dos esforços de contenção que têm sido pedidos à maioria dos portugueses, nomeadamente aos trabalhadores por conta de outrem?**

Se há uma marca evidente na estratégia de consolidação orçamental e no processo de reformas que estamos a implementar, essa marca é a da justa repartição esforço que é pedido a todos. Por isso acabámos, por exemplo, com as pensões injustificadas do Banco de Portugal e das empresas privadas de capital público. Revimos o estatuto de privilégio que existia para os titulares de cargos políticos e, em particular, para os deputados. Note-se que, a outro nível, introduzimos um novo escalão de IRS com uma taxa de 42 por cento para os rendimentos superiores a 60 mil euros e que todas as prestações do Estado têm sido

actualizadas de forma a dar mais a quem mais precisa.

**A que é que atribui o facto da taxa de crescimento que se previa que se situasse, segundo as projecções mais optimistas, em 1,1 por cento do PIB, poder chegar, este ano, a 1,4 e a 1,8 por cento do PIB em 2008?**

Nos últimos meses têm-se consolidado os sinais de melhoria da actividade económica. Cada trimestre tem melhorado relativamente ao anterior e os indicadores qualitativos estão mesmo ao nível mais alto dos últimos anos. No 2º trimestre de 2006, o PIB cresceu, em cadeia, na mesma magnitude da área do euro. As diversas instituições que efectuem previsões económicas têm vindo a efectuar sucessivas revisões em alta das suas projecções para o comportamento da economia portuguesa.

Esta melhoria da situação económica tem sido alicerçada numa dinâmica das exportações que não tem equivalente nos anos mais recentes. No primeiro semestre deste ano, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento real de cerca de 8 por cento, que permitiu estancar as perdas de quota de mercado que se vinham registando nos últimos anos.

Os indicadores de desemprego têm também registado sinais de melhoria, interrompendo clara-

mente a tendência ascendente dos últimos quatro anos. Nos últimos dois trimestres, a taxa de desemprego reduziu-se em 0,7 por cento. Concluindo, avolumam-se os sinais de melhoria da situação da economia portuguesa, estando esta a conseguir ultrapassar a encruzilhada em que se encontrava. São ainda primeiros sinais, mas estou convencido de que se manterão e reforçarão no futuro, dando lugar a um novo ciclo de convergência da economia nacional e conseqüente melhoria do nível de vida dos portugueses.

**O défice estimado pelas Finanças no OE de 2007 aponta para uma taxa de 3,7 por cento, sendo que este ano está previsto que se situe nos 4,6 por cento do PIB. O ministro Teixeira dos Santos já veio explicar que a estratégia de redução da despesa no próximo ano vai apoiar-se nas reformas estruturais da Administração Pública. Que outras áreas poderão ou deverão contribuir para que se registre uma efectiva redução da despesa?**

Em 2007, será prosseguida a estratégia assente na redução da despesa, designadamente da despesa corrente primária, com: redução das despesas de funcionamento dos ministérios, prossequindo as políticas de racionalização de efectivos, de reorganização dos serviços da

administração pública; política de moderação salarial e lançamento de um novo sistema de vinculação, carreiras e remunerações; a adopção de novos mecanismos de mobilidade dos funcionários e agentes; a desburocratização, a simplificação de procedimentos e o desenvolvimento da administração electrónica (modernização administrativa, incluindo o Simplex). Por outro lado, a implementação da reforma da Segurança Social, definida em 2006, e a adopção de medidas tendo em vista o reforço da sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde (SNS e subsistemas de saúde da Administração Pública). Finalmente, a revisão dos regimes financeiros das Regiões Autónomas e das autarquias, permitindo reforçar a solidariedade recíproca entre as administrações directa e indirecta do Estado e as outras administrações públicas, regionais e locais.

Estas reformas, para além de contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas, asseguram, acima de tudo, a robustez e a viabilidade das políticas sociais.

**Como definiria, até ao momento, a relações entre o Governo e Presidência da República?**

Posso dizer que as relações pessoais e institucionais que mantenho com o senhor Presidente da República são excelentes.

# Roseta reafirma defesa dos valores da solidariedade e da cidadania

NUMA sociedade global que caminha para “o capitalismo total, onde todos os valores desaparecem para além do dinheiro”, Helena Roseta defendeu que “a solidariedade e a cidadania devem ser valores que diferenciem os socialistas”.

Helena Roseta manifestou-se também “preocupada” e “perplexa” com os aplausos da direita ao Governo PS, ao mesmo tempo que as políticas do Executivo são contestadas pela área política que o elegeu.

“Isso causa-nos perplexidade”, afirmou Roseta, primeira subscritora da moção “Solidariedade e Cidadania”, a apresentar ao XV Congresso do PS, agendado para os dias 10, 11 e 12 de Novembro, em Santarém.

Numa sessão de apresentação aos militantes do Porto do documento, Helena Roseta disse que Portugal vive “uma crise financeira, económica e social” para a qual é preciso olhar de frente, discordando do que disse serem as alusões do Governo à existência de interesses corporativos. “Não são corporações. São grupos sociais importantes sem os quais a sociedade não pode passar”, frisou.



Pedro Silva/PS

Apontou o exemplo dos professores, considerando que “uma reforma que conduza a uma escola pública de qualidade não pode ser conseguida sem que eles tenham

uma palavra a dizer”.

A militante socialista, que se encontrava acompanhada do camarada José Leitão, também autor da moção, disse ainda estranhar

que as referências às necessidades de habitação em Portugal tenham desaparecido do discurso político e salientou as “divergências dentro do PS em torno da saúde”.

## Congresso deve ser um momento de mobilização

Por outro lado, manifestou a sua solidariedade com as políticas do Governo para a Segurança Social e com a manutenção do sistema público e solidário neste sector. “As alternativas à esquerda e à direita eram piores”, frisou.

Após ter lido a moção do secretário-geral do PS, José Sócrates, Helena Roseta afirmou ter ficado com a sensação de que o documento “não levanta nenhuma inquietação e reflecte um autocontentamento” e considerou que o PS tem hoje “um funcionamento muito fechado, com uma abertura muito relativa limitada às Novas Fronteiras, que promovem umas cerimónias de vez em quando”.

Para a militante socialista, o Congresso “deve ser um momento muito importante de mobilização do partido, mas não para circular benesses ou discutir nomes para no meações.” **J.C.C.B.**

## Debate vivo das moções em Setúbal

A FEDERAÇÃO de Setúbal foi palco no passado dia 25 de um debate com representantes das três moções globais presentes ao XV Congresso do PS, bastante participado e vivo, em que ficou patente as diferenças que separam os documentos que vão estar em discussão na reunião magna agendada para Santarém.

Helena Roseta, primeira subscritora da moção “Solidariedade e cidadania”, criticou a falta de debate interno das três moções globais e defendeu que a reunião magna dos socialistas “não pode ser apenas um relatório de actividades do Governo”.

“Este é o primeiro e único debate de que tenho conhecimento”, lamentou Helena Roseta, que criticou também a opção de José Sócrates pela realização de megajantares para apresentar a moção “O rumo do PS: modernizar Portugal”, que vai apresentar ao congresso.

“Os megajantares, que dão uma imagem de força nas campanhas eleitorais, não permitem o debate”, frisou a deputada socialista.

Durante o debate, Helena Roseta defendeu que deve haver mais “democracia participativa” e mais “solidariedade” no partido e apelou aos militantes para intervirem se considerarem que os sacrifícios pedidos pelo governo estão a ser mal distribuídos.

Luís Gonelha, que defendeu a moção de José Sócrates, fez uma análise positiva da acção governativa, nomeadamente das reformas já levadas a cabo, e defendeu que o grande desafio para o primeiro-ministro no próximo Congresso é revelar o rumo do PS, não para os próximos dois anos, mas para os quatro anos subsequentes.

“O que os portugueses estão à espera é de saber o que o partido pretende para o futuro, o que vem a seguir”, disse Luís Gonelha.

No debate das três moções ao Congresso, coube a Sebastião Lima Rego fazer a defesa da moção “PS: as pessoas no centro das políticas”, que tem como primeiro subscritor o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Fonseca Ferreira.

Entre outras medidas, Sebastião Lima Rego defendeu a necessidade do partido avançar para a regionalização na próxima legislatura para combater o centralismo.

“É urgente que o PS se empenhe em levar a cabo esta reforma histórica”, disse Sebastião Lima Rego, que salientou também a necessidade do Governo prosseguir as reformas da educação, saúde, segurança social e, particularmente, na área da justiça.

“As pessoas sentem-se defraudadas porque a corrupção é hoje sentida por todos e já não é apenas a corrupção de vão-de-escada. A grande corrupção campeia em Portugal”, disse Sebastião Lima Rego, reiterando a urgência das reformas na Justiça.

# Fonseca Ferreira quer as pessoas no centro das políticas

“A RESPONSABILIDADE de governar Portugal, confiada ao PS, e as responsabilidades políticas e sociais do nosso partido, enquanto partido de esquerda e de mudança, exigem o empenhamento esclarecido e activo de todos os socialistas”, lê-se no mailing enviado no dia 25 a todos os militantes pela moção global “PS: As Pessoas no Centro das Políticas”, que tem como primeiro subscritor o camarada Fonseca Ferreira.

No mailing, os subscritores da moção afirmam que apoiam José Sócrates para secretário-geral e também “a sua acção e determinação enquanto primeiro-ministro”, bem como o Governo “na realização e consolidação das reformas necessárias à modernização de Portugal”.

Os subscritores da moção referem ainda que querem contribuir para resolver “os défices de credibilidade da política e dos políticos”, “a ausência de reflexão, de participação e de mobilização dos socialistas no interior do partido e na sociedade” e ainda “a perda de referências actantes da esquerda perante um mundo de intensas mudanças económicas, sociais,



tecnológicas e identitárias”.

Por outro lado, os militantes subscritores da moção “As Pessoas no Centro das Políticas” afirmam estar convictos que,

“para ser durável, a acção política da esquerda tem de se pensar e projectar no longo prazo”.

Para ser consequente, “a governação socialista deverá ter,

em todas as circunstâncias, uma profunda sensibilidade social, sempre com as pessoas no centro das políticas”.

## Primárias para escolher candidatos

Para dar “novo fôlego e novo ânimo” ao PS, é proposta a realização de “primárias no processo de escolha dos candidatos do partido às eleições autárquicas, regionais, legislativas, europeias e presidenciais”, em que participarão os militantes, os simpatizantes e os eleitores declarados.

No mailing refere-se que “ser poder, numa perspectiva de esquerda, é governar hoje para uma vida melhor também amanhã. É transformar, levantar as energias criativas da sociedade e mobilizar os cidadãos para os desafios do futuro. José Sócrates está no bom caminho e os portugueses reconhecem-no, apesar de todas as dificuldades”.

Fonseca Ferreira e os camaradas subscritores da moção sublinham ainda que “pretendem criar as condições para garantir a durabilidade da acção governativa e das medidas reformadoras que estão em curso ou se anunciam”. **J.C.C.B.**

# Sócrates em périplo nacional

**Ao longo das últimas quatro semanas José Sócrates percorreu vários pontos do país para explicar a sua moção global ao XV Congresso, o documento que serviu de base à sua reeleição para líder do PS.**

NO PERÍODO de campanha interna, que decorreu entre os dias 30 de Setembro e 26 de Outubro, o secretário-geral deslocou-se a diversas federações socialistas, demonstrando que tem tempo para o partido ainda que existam dificuldades derivadas da sua agenda enquanto primeiro-ministro.

De norte a sul de Portugal deixou uma mensagem de confiança no futuro e reafirmou o empenhamento do Governo na continuidade das reformas encetadas em sectores-chave da vida do país, visando o crescimento e o desenvolvimento nacionais.

Assim, em Castelo Branco, assegurou que o Executivo não vai apresentar este ano um orçamento rectificativo.

“Não precisamos de rectificar o que foi feito com verdade, transparência e cumprido em benefício do país”, afirmou ao discursar, no dia 23 de Outubro, perante cerca de um milhar de militantes que o acompanharam num jantar onde garantiu que o défice, no final de 2006, “não será superior a 4,6 por cento”.

Nesta ocasião, José Sócrates revelou igualmente que a economia portuguesa vai crescer cerca de 1,4 por cento até ao final do ano, um valor três vezes superior à soma dos do governo anterior, sublinhando que este crescimento está a ser “puxado” pela subida das exportações nacionais.

“São sinais claros para dizer aos portugueses que ter rigor nas contas públicas e lutar pelo crescimento é possível e está a notar-se na prática”, sustentou.

Entretanto, durante um encontro com militantes açorianos em Ponta Delgada, afirmou que a nova Lei de Finanças Regionais reconhece as diferenças entre as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, introduzindo critérios de justiça e de equidade.

Após sublinhar as diferenças entre administrar uma região apenas com três ilhas, sendo desabitada uma delas, e administrar uma região com nove, Sócrates manifestou-se convicto de que a nova lei vai melhorar o relacionamento entre os governos da República e regionais.

Numa sala cheia de militantes e simpatizantes afirmou que, com a nova lei, “ninguém se queixará de falta de solidariedade no todo nacional”, alertando porém para a crucialidade de se exercer uma autonomia responsável, o que



obriga a uma boa gestão dos fundos públicos, porque o equilíbrio das contas nacionais é uma “tarefa do Estado, das regiões autónomas e das autarquias”.

## O duplo oportunismo da direita

Já em Mangualde, distrito de Viseu, o líder do PS classificou de “duplo oportunismo” a atitude assumida pelos partidos de direita ao criticarem as medidas implementadas pelo Executivo para resolver os problemas do país.

Ao intervir num jantar-comício, José Sócrates considerou que “hoje os portugueses sabem que têm um rumo, uma orientação” porque as políticas do Governo começam a dar resultados, nomeadamente em termos de crescimento económico.

E descreveu como “incompreensível” e “chocante” que “os partidos da oposição à direita criticam o PS por estar a resolver os problemas que eles criaram em Portugal”.

“Isto espelha um duplo oportunismo: o primeiro porque fingem que não tiveram responsabilidade nenhuma e o outro por fingirem também que quem tem a culpa é quem tenta resolver os problemas”, frisou, perante 1500 pessoas.

Na opinião do líder socialista, os portugueses não deram maioria absoluta ao PS “para que tudo

ficasse na mesma”.

Nas intervenções que fez durante a sua campanha interna, Sócrates referiu-se a algumas das reformas que marcam o período da sua governação, tendo sempre como “critério principal a justiça”.

Também refutou a acusação feita nos últimos dias ao Governo de ter voltado atrás nas suas promessas ao anunciar a introdução de portagens em três das sete auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) actualmente existentes.

José Sócrates garantiu que foi coerente em relação a esta matéria, assegurando também que “sempre disse” o que “está no programa do Governo” e deixando claro que foi no âmbito do cumprimento desse programa que decidiu manter as SCUT onde elas são necessárias ao desenvolvimento e acabar com elas e introduzir portagens onde já não fazem falta.

“O que se chama a isto é governar com sentido de justiça e de equidade”, vinhou.

## O Governo está no rumo certo

Na sua passagem pelo Nordeste transmontano, o secretário-geral afirmou que o Executivo conseguiu, em 2006, cumprir todas as metas económicas que se propôs.

“O Governo está a seguir o rumo que prometeu aos portugueses desde

o primeiro dia, tendo em vista a sua modernização”, sublinhou.

Neste périplo pelo país, Sócrates focou-se também nos bons resultados já alcançados na economia, sem contudo esquecer o êxito das reformas noutros sectores da vida nacional, entretanto levadas a cabo em ano e meio de actividade governativa.

Segundo o secretário-geral, o caminho definido pelo Governo socialista para o país “é o rumo certo”, como o provam, aliás, todos os estudos tornados públicos pelos mais diversificados organismos especializados nacionais e internacionais.

Até a oposição – lembrou em diversas ocasiões –, “por mais que lhe custe, está hoje colocada perante esta realidade, tendo deixado entretanto de abordar a recessão ou a estagnação, cenários que agitaram até à náusea, para, perante o crescimento económico e a consolidação das contas públicas a que assistimos, se ver obrigada a fazer uma inversão do discurso e defender uma aposta no crescimento acima da média europeia”.

Esta mudança de estratégia por parte da oposição é, para o líder socialista, a “prova provada de que as coisas estão a melhorar”, realidade que o próximo Orçamento reflecte ao apostar no rigor e na contenção, de forma a dotar as contas do Estado com o necessário equilíbrio

“sem malandrines, nem receitas extraordinárias”.

## As reformas são para todos

O líder socialista fez ainda questão de lembrar que os obstáculos e as resistências que as reformas do Governo estão a enfrentar resultam, sobretudo, do facto de alguns sectores da sociedade portuguesa estarem há anos a beneficiar de situações particulares, algo que, na sua perspectiva, em nada tem ajudado a modernizar o país e muito menos a contribuir para o bem-estar da população em geral.

Daí a necessidade de levar em frente estas transformações, mesmo reconhecendo que “o caminho das reformas é sempre um trilha difícil de percorrer”.

“Estamos a pedir um esforço muito grande aos portugueses, mas nenhum país ficou mais rico sem um trabalho sério e árduo”, declarou.

E porque a acção reformista do Executivo já começou a mostrar resultados, o próximo Congresso Nacional dos socialistas, a realizar na cidade ribatejana de Santarém e agendado para os dias 10,11 e 12 de Novembro, deve voltar-se para o debate das questões da governação do país, mais ainda porque – insistiu – “o PS tem a maioria absoluta e tem a confiança dos portugueses”.

# Os portugueses podem confiar no PS

MEGAJANTAR EM LISBOA

**José Sócrates defendeu que o dever dos socialistas é estar à altura das aspirações dos portugueses e apelou à mobilização geral dos militantes em defesa do projecto do PS para o país.**

MARY RODRIGUES



Pedro Silva/PS

A DUAS semanas da reunião magna da grande família socialista, “o PS é um partido mobilizado, sereno e tranquilo, com a consciência de que está a cumprir o seu dever no Governo e no Parlamento”. A avaliação foi feita pelo secretário-geral, José Sócrates, na sessão de encerramento da sua campanha interna, que teve lugar em Lisboa.

Segundo o líder socialista, “o partido sabe que o seu principal objectivo é levar até ao fim o compromisso eleitoral que apresentou aos portugueses e que foi por eles sufragado em Fevereiro de 2005”.

Na última das 12 sessões de esclarecimento que realizou desde o início do mês pelo país, garantiu que, de norte a sul de Portugal, nas estruturas federativas que visitou, encontrou “um partido com orgulho na sua história, mas com os olhos postos no futuro, aberto à mudança e à inovação”.

“Vamo-nos apresentar ao Congresso para dizer aos portugueses que podem confiar no PS para resolver os problemas do país”, defendeu, convicto, falando de seguida na proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2007 como reflexo da estratégia programática que o Governo definiu para Portugal.

Depois de lembrar que o partido sempre afirmou que uma das suas prioridades enquanto Governo estaria voltada para o conhecimento, advogou mais uma vez a “elevação da educação e da qualificação como motor de desenvolvimento”.

E considerou incompreensível que alguns digam que o Orçamento de Estado proposto para 2007 não tem alma social quando ele também procede à “maior operação de sempre de combate à pobreza e à exclusão”.

“Este é um orçamento socialista camaradas, porque não esquece os deveres com os outros”, afirmou, perante cerca de duas mil pessoas reunidas à mesa, no passado dia 26 de Outubro, no Parque das Nações.

Na sua intervenção, o líder socialista defendeu igualmente que o OE para 2007 concentra os recursos públicos na educação, na qualificação e na ciência, mas também avança com o pagamento do complemento social para idosos a todos os cidadãos com mais de 70 anos e com rendimentos inferiores a 300 euros mensais.

Sócrates acusou ainda alguns secto-

res de propagarem “a mistificação” de que o Orçamento para 2007 reduz o apoio fiscal às pessoas portadoras de deficiência.

“O Estado vai manter integralmente o apoio aos deficientes”, disse, garantindo que não se poupará nem um único tostão, mas ressaltando também que os apoios serão mais justamente distribuídos, dando “mais aos deficientes mais pobres e menos aos mais ricos”.

O secretário-geral do PS avisou ainda que o próximo OE “não será de facilidade” e sublinhou a propósito que “as reformas em curso não se destinam a resolver os problemas no próximo ano, nem são feitas a pensar no próximo acto eleitoral. Destinam-se a evitar que o país se depare com crises orçamentais no futuro”.

“É também um Orçamento ao serviço de uma estratégia que combina rigor nas contas públicas com crescimento económico”, prosseguiu, vincando que os efeitos já se estão a sentir no aumento das exportações, na criação de 48 mil novos empregos, na descida do desemprego em 7 décimas percentuais, do défice abaixo dos 4,6 por cento e da despesa pública face ao PIB em 1,6 por cento.

José Sócrates considerou que desta forma o Governo está a demonstrar aos portugueses e aos agentes económicos que podem confiar nos socialistas.

Neste sentido, disse não acreditar que haja uma esquerda que pense que o melhor para a preservação e defesa do Estado Social é deixar ficar tudo na mesma.

“Estamos longe da nossa meta, mas estamos na direcção certa”, concluiu.

## Jorge Coelho reafirma apoio a Sócrates

Também para Jorge Coelho, Portugal tem de ter um Estado Social ao serviço dos portugueses e é por isso que as reformas feitas pelo Governo devem obedecer aos “princípios socialistas” da justiça social e da solidariedade.

A ideia central que marcou a intervenção de Jorge Coelho recolheu o aplauso dos militantes que participaram no megajantar de recandidatura de José Sócrates à liderança do partido.

Na última sessão de campanha interna de Sócrates, o dirigente socialista começou por deixar claro que as mudanças encetadas pelo Executivo são para ir até ao fim.

“Custe o que custar, haja a oposição que houver, nas ruas ou no Parlamento, as reformas vão prosseguir”, afirmou categórico, acusando o PCP de ter “tentado provocar arruaça” com as recentes manifestações que organizou e de ter interferido no périplo de campanha que o secretário-geral realizou pelo país.

E deixou ficar um aviso: “Os socialistas também sabemos lutar nas ruas e quem quiser fazer frente ao Governo terá também de fazer frente ao PS”.

Depois de lembrar que actualmente não exerce quaisquer cargos no partido ou no Estado, Coelho manifestou grande orgulho no trabalho que a equipa chefiada por José Sócrates tem feito ao longo de 18 meses de governação.

“A nossa economia está finalmente a crescer, o desemprego estagnou e estão criadas as condições para o desenvolvimento sustentado de Portugal”, frisou, para depois saudar o facto do país e o partido terem “um líder que não se importa com o efeito imediato da incompreensão das suas acções”.

Saudando ainda a coragem com que Sócrates tem exercido as funções de primeiro-ministro, descreveu-o como “o homem certo para dirigir o país neste momento de viragem”.

“É difícil encontrar nos dias de hoje políticos que assumam o risco de fazer mudanças de acordo com os princípios que sempre defenderam”, observou, elogiando ainda “o respeito” demonstrado por José Sócrates em relação aos militantes socialistas, dando uma volta ao país em campanha interna, mesmo sabendo que não tem qualquer opositor na corrida à liderança.

Já na parte final do seu discurso, o antigo coordenador do PS voltou a abordar a necessidade de defesa do Estado Social e apelou à mobilização geral do partido contra as críticas destrutivas com que se ataca o Executivo.

“Nunca ninguém me verá a criticar a obra fundamental que o Governo do PS está a fazer”, assegurou, rematando a viva voz com um compromisso de apoio: “O partido e José Sócrates podem contar sempre comigo”.

## OPINIÃO



CIDÁLIA FAUSTINO  
Deputada

*Preservar o Estado Social e dar mais solidariedade e justiça à sociedade em que vivemos é o principal objectivo desta política de mudança. Há, pois, que aplaudir este impulso reformista que está a acontecer no domínio de Segurança Social levado a cabo por este Governo.*

## Sustentabilidade da Segurança Social

IREI abordar um tema que tem estado na ordem do dia da discussão política – a sustentabilidade da Segurança Social.

O sistema público de Segurança Social, no que concerne ao Subsistema Previdencial, de natureza contributiva, estrutura-se no desenvolvimento dos princípios de solidariedade nos planos intergeracional e profissional em combinação com a técnica de financiamento em regime de repartição.

Este facto, aliado às transformações demográficas verificadas nas últimas décadas e macroeconómicas ocorridas no espaço nacional, afectam o desequilíbrio estrutural do sistema pondo em causa a sua sustentabilidade.

Com efeito, o envelhecimento da população que tem vindo a fazer-se sentir de forma acentuada em consequência da evolução da esperança média de vida e a redução da taxa de natalidade, trazem efeitos perversos para o sistema.

Na realidade, mencionando alguns números alusivos a estes factos, direi que:

A esperança média de vida dos portugueses aumentou dois anos entre 2000 e 2005, passando a ser 78,2 anos.

Hoje, por cada idoso existem 2,6 activos. A taxa de natalidade é actualmente de 1,5 filhos por cada mulher, sendo que 1/3 das famílias portuguesas só tem um filho.

A crescer aos efeitos gerados por estas variáveis estruturais, também a variável de natureza macroeconómica, que se tem consubstanciado num fraco crescimento da economia portuguesa nos últimos anos e num reduzido mercado de trabalho, contribuiu decisivamente para o agravamento da situação financeira do sistema, traduzindo-se na quebra das contribuições que constituem a principal fonte de receita e um significativo aumento das despesas do sistema de segurança por via dos encargos com prestações associados ao desemprego e às pensões.

Com efeito, entre 2000 e 2005, as receitas das contribuições cresceram uma média de 4,6 comparativamente com o aumento substancial das despesas verificadas nesse período com as prestações de protecção social no desemprego, as quais subiram cerca de 150 por cento, o que corresponde a uma taxa média anual de 20 por cento, e com as pensões que aumentaram a uma taxa média anual de 10,5 por cento.

Refira-se que, durante o período de funções deste Governo, já foram recuperados 152,5 milhões de euros, o que é obra.

De evidenciar, ainda, as consequências nefastas emergentes da adopção de medidas políticas desadequadas que contribuíram com particular incidência para a deterioração do equilíbrio financeiro do sistema, tais como a antecipação da idade de acesso à reforma e a implementação do Programa de Emprego e Protecção Social, no âmbito do qual se permitia o acesso à pensão de velhice aos 58 anos, viabilizando, igualmente, o aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego pela redução do prazo de garantia.

Equacionados estes factores, há que denunciar a falta de coragem política do anterior Governo como causa para o adiamento da mudança do sistema, o que faz com que hoje seja urgente e imprescindível a política reformista encetada pelo actual Governo, embora mais difícil e com maiores custos sociais, porque tardia.

Preservar o Estado Social e dar mais solidariedade e justiça à sociedade em que vivemos é o principal objectivo desta política de mudança.

Há, pois, que aplaudir este impulso reformista que está a acontecer no domínio de Segurança Social levado a cabo por este Governo.

Ninguém duvida que é na mudança e não no adiamento que está o caminho para uma maior justiça social. Para salvaguarda do futuro. Para o bem comum.

Para fazermos parte da mudança e não sermos arrastados por ela.

## OPINIÃO

ARMANDO FRANÇA  
Deputado

*O Governo fez bem o seu trabalho, depois de ouvir os parlamentares nacionais, as CCDR, as Câmaras Municipais, a ANMP, organizações institucionais e a sociedade civil em múltiplas sessões e reuniões de trabalho*

## QREN – o Governo fez bem o seu trabalho

COMO é sabido, o Governo logrou obter em Dezembro do ano passado, no âmbito da presidência britânica da União, um excelente acordo no que respeita aos fundos comunitários destinados a Portugal, para o período 2007/2013. No total, 19.095 milhões de euros serão entregues pela União a Portugal durante o período em apreço, para serem aplicados, com a participação financeira nacional devida, no desenvolvimento do nosso país, aproximando-nos assim dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

A partir de então e no decurso do corrente ano, o Governo montou uma estratégia de actuação e tem vindo a preparar um conjunto de documentos operativos que vai submeter durante o mês de Novembro à Comissão Europeia, para que a partir de Janeiro de 2007 os executores nacionais possam dispor dos Fundos Estruturais.

Muito recentemente, em debate na Assembleia da República em que esteve presente o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e respectivo secretário de Estado fazendo a apresentação do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), foi demonstrado que o Governo tem uma estratégia política clara e coerente e orientações financeiras tais que garantem uma distribuição equilibrada dos recursos pelas regiões, para atingir os grandes objectivos definidos pela política da coesão.

Na verdade, o Governo criou um grupo de trabalho, em Janeiro passado, para preparar toda a programação do QREN. Depois, em Março, aprovou e divulgou as orientações políticas fundamentais para o QREN e respectivos Programas Operacionais, definindo simultaneamente as “prioridades estratégicas nacionais”, a saber: promoção da qualificação dos portugueses (fomentando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação); promoção do crescimento sustentado; garantia da coesão social; qualificação do território e das cidades; eficiência da governação. No mesmo documento de orientação o Governo promoveu a concentração de intervenções em programas operacionais e deixou claro a necessidade de articulação estreita com outros planos nacionais, nomeadamente com o Plano Tecnológico, o Plano Nacional de Emprego, o Plano Nacional para a Igualdade e outros instrumentos orientadores do desenvolvimento do país. Outrossim, definiu órgãos de gestão, de acompanhamento e de monitorização estratégica e financeira.

As orientações financeiras do QREN, instrumento fundamental sobre os princípios financeiros do QREN, foram aprovadas no passado mês de Agosto. Aí foram privilegiadas três prioridades políticas: o reforço das verbas destinadas à qualificação dos recursos humanos; o reforço das verbas destinadas à competitividade e ao crescimento sustentado da economia portuguesa; e o reforço das verbas destinadas aos Programas Operacionais Regionais. Assim, foram destinados para a coesão e para a convergência no país e nas regiões Norte, Centro, Alentejo e Açores (as restantes regiões já saíram dos objectivos da convergência ou estão em vias disso) um total de 17.858 milhões de euros, com os quais se espera, no período em apreço, atingir os objectivos da coesão e da convergência.

O Governo fez bem o seu trabalho, depois de ouvir os parlamentares nacionais, as CCDR, as Câmaras Municipais, a ANMP, organizações institucionais e a sociedade civil em múltiplas sessões e reuniões de trabalho. Resta agora obter o acordo da Comissão Europeia, para o que irá haver negociações formais em Novembro próximo.

Em Janeiro próximo e se tudo correr como se prevê, iniciar-se-á um novo período, confiante e estimulante, assente na estratégia política do Governo do Partido Socialista e numa gestão séria, disciplinada e rigorosa dos fundos estruturais que vão estar ao dispor de Portugal até 2013.

## Europa tem de agir para resolver imigração ilegal

A EUROPA precisa de agir para resolver o problema da imigração ilegal proveniente do continente africano. Este o apelo deixado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, em Lahti, Finlândia, durante uma reunião de líderes europeus.

“Todos os países têm consciência que chegou o momento de passar à acção” e “o diálogo (político) precisa de ser relançado”, defendeu Sócrates numa conferência de Imprensa onde voltou a sublinhar a importância da realização da segunda cimeira entre a Europa e a África, que Portugal gostaria de organizar durante a sua presidência da União, no segundo semestre de 2007.

O primeiro-ministro português e sete chefes de Governo e de Estado da bacia do Mediterrâneo (França, Chipre, Itália, Espanha, Grécia, Malta e Eslovénia) subscreveram, a 25 de Setembro, uma carta em que se pede à União Europeia mais meios para o combate à imigração ilegal.

Segundo este grupo de líderes políticos, o desafio de combater a imigração clandestina “excede os meios de acção de que dispõe cada um dos Estados-membros individualmente” e, por isso, a questão



deve ser abordada à escala europeia – designadamente em termos de ajuda financeira e de dotação de

recursos – em apoio dos esforços levados a cabo por Estados-membros mais afectados.

## Deputados devem protagonizar diálogo pela solidariedade

### UNIÃO INTERPARLEMNTAR

OS DEPUTADOS europeus e mediterrânicos devem agir junto dos respectivos parlamentos e governos no sentido de serem implementadas políticas nacionais que previnam o desaparecimento de cidadãos e contemplem medidas de apoio às famílias. Este o apelo deixado pela deputada portuguesa Rosa Albernaz, na 115ª Assembleia da União Interparlamentar, realizada recentemente em Genebra.

Ao discursar na Comissão “Democracia e Direitos Humanos”, Rosa Albernaz defendeu que “ninguém pode ser indiferente a esta questão” nem ao sofrimento que ela acarreta.

“É nossa obrigação agregar o máximo dos esforços para que, dentro do quadro de um conflito armado ou não, o drama do desaparecimento de cidadãos não seja



ignorado e a dor dos familiares não seja prolongada”, disse, perante os seus pares, a deputada portuguesa, para quem é importante que, em casos de catástrofes, conflitos armados, tráfico de seres humanos ou desastres naturais se acelere o

mais possível a identificação dos desaparecidos.

Vincando também as várias formas de auxílio às famílias – apoio psicológico, jurídico e económico, entre outros – a parlamentar socialista advogou igualmente a necessidade de se determinar oportunamente o estatuto legal daqueles dados como desaparecidos, por forma a esclarecer também a situação legal das famílias e possibilitar, se for confirmada a perda humana, cerimónias fúnebres de acordo com as tradições e as práticas locais.

Para os casos em que, após uma longa ausência, a pessoa desaparecida é devolvida com vida ao seio familiar, Rosa Albernaz solicitou especial atenção, salientando as marcas traumáticas que são deixadas nas vítimas e nas suas famílias que devem lidar com uma “nova” personalidade. M.R.





# Capital está à deriva e sem liderança

MIGUEL COELHO ACUSA

O PRIMEIRO ano de mandato da maioria de direita que governa a Câmara de Lisboa foi marcado por uma falta de liderança e ausência de pensamento estratégico sobre a cidade. A acusação foi feita pelo líder da bancada socialista na Assembleia Municipal de Lisboa, Miguel Coelho, durante o debate do “Estado da Cidade”.

Miguel Coelho considerou que Lisboa “está a ser prejudicada”, porque na Câmara Municipal “não há liderança, não há comando, não há concertação e cada um diz e faz o que quer”. Carmona Rodrigues, referiu, ao aliar simpatia pessoal “genuína” a “um ar de inocência ‘naif’ e de permanente vítima da maldade dos outros”, conseguiu uma expressiva vitória eleitoral. Mas, passado um ano, “é cada vez mais um homem só”.

O deputado municipal socialista considerou que “a situação financeira do município é talvez o maior exemplo desta incapacidade, onde mais se evidencia o desnorte desta gestão”.

E, entre outros casos reveladores do estado em que se encontra a cidade, Miguel Coelho chamou a atenção para a falta de recuperação do espaço público, nomeadamente o jardim do



Pedro Silva/PS

Alto de Santa Catarina e o miradouro de Santa Luzia, os logradouros da Zona J de Chelas, os espaços públicos das freguesias da Ameixoeira e Charneca e o eixo da Av. Almirante Reis.

Miguel Coelho manifestou-se contra os “aumentos absurdos” nos parques de estacionamento da Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL), e desafiou o Executivo camarário a “acabar com os carros em cima do passeio”.

“A reabilitação urbana também

‘fechou para obras’, e nem mesmo as obras de fachada que se faziam nos tempos do dr. Santana Lopes, se fazem agora”, disse ainda.

Nesta Lisboa totalmente à mercê da especulação imobiliária e dos grandes interesses, onde reina o desnorte e se perde qualidade de vida todos os dias, Miguel Coelho alertou que “os socialmente excluídos são cada vez mais” e que existem “mais de 30 escolas do ensino básico a carecer de obras urgentes de conservação”.

## Deputados do Porto consideram “excelente” a gestão do Hospital Padre Américo

NO ÂMBITO das deslocações que têm vindo a efectuar a instituições do distrito, nove deputados do PS/Porto visitaram o Hospital Padre Américo, em Penafiel, tendo classificado de “excelente” a situação financeira daquela unidade hospitalar, que conta com uma população-alvo de 360 mil cidadãos.

Segundo um dos deputados que participaram na visita, Fernando Jesus, esta unidade hospitalar conta com um orçamento anual contratado pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) de 42 milhões de euros, aos quais se acrescentam sete milhões de euros de receitas próprias e seis milhões de activos.

“Podemos verificar que a administração do hospital está no bom

caminho e tem uma situação financeira ótima e de equilíbrio”, disse Fernando Jesus, acrescentando que esta visita veio assim “pôr fim” a rumores de má gestão desta administração hospitalar.

“As acusações de que foi alvo o conselho de administração do Padre Américo não correspondem minimamente à verdade”, frisou.

O Hospital Padre Américo, que foi inaugurado em 2001, conta com cerca de 1100 funcionários, contabilizou em 2005 10 mil cirurgias e deverá terminar o ano com 14 mil.

### Gabinete de Atendimento ao Cidadão

A aproximação do eleito ao

eleitor é cada vez mais uma exigência cívica que os deputados do PS, eleitos pelo círculo eleitoral do Porto, desejam enfrentar com naturalidade, pelo que decidiram criar um Gabinete de Atendimento ao Cidadão.

Os deputados socialistas do PS/Porto consideram que “numa democracia representativa como a nossa, em que o cidadão é chamado a eleger os seus representantes, deve levar a uma relação de proximidade e de responsabilidade entre o eleito e o eleitor”.

O Gabinete de Atendimento ao Cidadão funciona na Federação do PS/Porto – Rua Santa Isabel, nº 82, Porto.

## Portugal exporta a produção total de baga de sabugueiro para a Alemanha

CERCA de quatro mil toneladas de baga de sabugueiro de comprovada qualidade produzidas nos concelhos de Tarouca, Armamar, Lamego e Tabuaço serão exportadas para o maior grupo agroalimentar da Europa – DINTER –, com sede na Alemanha, como resultado de contactos bilaterais onde participaram, entre outros responsáveis portugueses, o presidente da subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e



Pescas da Assembleia da República, deputado Miguel Ginestal, e o presidente da autarquia de Tarouca, Mário Caetano Teixeira Ferreira.

A comitiva portuguesa, que se deslocou recentemente à Alemanha visando parcerias económicas, conseguiu assegurar, para curto e médio prazos, o escoamento das produções anuais totais de baga de sabugueiro, num negócio que envolve valores na ordem dos 4 milhões de euros.

### OPINIÃO



JOSÉ MANUEL RIBEIRO  
Deputado

*No actual contexto de globalização e crescente liberalização do comércio internacional, Portugal, país central na descoberta de novos mundos, deve escolher o caminho das novas oportunidades, ao invés de refugiar-se em discursos proteccionistas*

## O proteccionismo não serve a vocação estratégica de Portugal

A RECENTE aprovação a nível comunitário da implementação definitiva de direitos anti-“dumping” sobre as importações de calçado de couro provenientes da República Popular da China e do Vietname, merecem a reflexão e o interesse da comunidade nacional, seja pelo alcance económico e social do sector em Portugal, seja pelo sentido abrangente da intervenção governativa nesta matéria.

A decisão sobre os direitos anti-“dumping”, aprovada em Conselho Europeu no passado dia 5 de Outubro, resultou de um longo processo negocial, iniciado em 2004, e que envolveu: a implementação do sistema de vigilância comunitária para as importações de calçado; a abertura de uma investigação sobre a prática de dumping e a implementação, inicialmente provisória e agora definitiva (por um período de dois anos) de direitos compensatórios.

O tempo entretanto decorrido (dois anos) é bem revelador da complexidade negocial deste processo, que exigiu um trabalho conjunto dos governos dos países produtores, envolvendo a acção articulada das máquinas diplomáticas, das plataformas de representação do sector (onde se inclui a associação portuguesa APICCAPS), e das próprias empresas produtoras.

Ainda assim, só foi possível ultrapassar as resistências iniciais por parte de uma maioria de Estados-membros, porque se trabalhou no sentido do estabelecimento de um compromisso entre os diferentes interesses comunitários.

Com efeito, há que reconhecer as dificuldades existentes no seio da própria União Europeia, onde convivem perspectivas e prioridades profundamente divergentes, que radicam na clássica dicotomia entre os interesses da indústria e os interesses do comércio e dos consumidores.

Neste âmbito, devemos destacar o papel decisivo do Governo português em todo o processo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Economia, e muito em particular através da intervenção do secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, que, de forma hábil e persistente, acompanhou e exerceu constante e significativa pressão junto da Comissão Europeia, do comissário Mandelson, das diferentes presidências e, muito em particular, junto dos restantes países membros, na defesa dos interesses nacionais.

Mas devemos sobretudo reflectir quanto ao sentido estratégico dessa actuação, que entendo ser merecedor da profunda reflexão de todos os agentes empresariais e institucionais portugueses.

Em primeiro lugar, devemos clarificar que o sentido da utilização dos instrumentos comunitários de defesa comercial não é confundível com práticas proteccionistas.

Com prova e medida, a Comissão Europeia, em conjunto com os governos da República Popular da China e do Vietname, concluiu quanto à existência de provas irrefutáveis de grave intervenção estatal no sector do calçado de couro nesses dois países, traduzidos numa discriminação internacional de preços significativamente lesiva dos interesses comunitários do sector do calçado.

Na verdade, assim ficou demonstrado, o calçado de couro proveniente desses dois países é mais barato, não por ser mais competitivo, mas pelo recurso a práticas contrárias ao desenvolvimento de um comércio leal e justo.

Entendemos que estas práticas devem ser firmemente combatidas. Mas devem igualmente ser bem percebidas as razões que levaram a Comissão Europeia a adoptar este instrumento, enquanto mecanismo de defesa comercial, e não como mais um balão de oxigénio para empresas e sectores que não souberam adaptar-se à dinâmica das vantagens comparativas.

Em Portugal, este sector dá corpo a um “cluster”, vocacionado para a actividade exportadora, que envolve uma vasta rede de empresas profundamente interrelacionadas entre si e com entidades do sistema científico nacional, focalizando a sua actuação no objectivo central de construir novas competências e novos factores competitivos, com vista a reposicionar-se nos segmentos mais elevados da cadeia de valor.

Em segundo lugar, devemos reconhecer que a garantia dos diferentes interesses económicos nacionais é significativamente sustentada pelo rigoroso estabelecimento das regras estabelecidas a nível comunitário e da Organização Mundial do Comércio.

Entendemos que a existência de um comércio saudável entre economias é condição imperativa para a existência de um comércio livre capaz de gerar crescimento, emprego e desenvolvimento económico.

Em terceiro lugar, devemos assumir que os caminhos da globalização podem ser caminhos de progresso e de desenvolvimento quando socialmente sustentados.

A articulação multilateral das questões que se colocam às sociedades contemporâneas apresenta-se, por isso, como uma via importante para o desenvolvimento e para a salvaguarda da paz.

Nesta articulação multilateral, o desenrolar do comércio internacional tem impactos fundamentais, constituindo um poderosíssimo catalisador de mudanças, com capacidade de gerar riscos e ameaças, mas também oportunidades, riqueza, inovação e conhecimento.

De facto, o comércio livre não representa um fim em si mesmo. Pelo contrário, constitui um consistente meio de luta contra as desigualdades, quando capaz de tornar as economias mais competitivas e de criar mais oportunidades para as empresas e para os cidadãos.

O comércio internacional não deve ser encarado como um jogo onde os países mais avançados ganham à custa dos menos avançados.

Existem avanços e benefícios para todos os países, muito embora se deva reconhecer que os países menos desenvolvidos enfrentam maiores dificuldades, políticas, económicas e sociais, que atrasam os efeitos positivos do comércio.

Assim, verificam-se ainda, a nível internacional, situações de desigualdade inaceitáveis, resultando não da diferença de capacidades, mas da diferença de oportunidades. Em boa verdade, quer gostemos quer não, esta é uma realidade em que vivem ainda, no dia a dia, milhões de cidadãos.

Entendemos, contudo, que não será seguramente o proteccionismo a resposta certa para a recuperação dessas economias ou para a correcção dessas desigualdades.

Com efeito, sabemos que o proteccionismo resulta, muitas vezes, na perpetuação de posturas empresariais incorrectas ou insuficientes, que exigirão um continuado refúgio no proteccionismo, sustentando uma competitividade artificial, enganosa e a expensas de toda a economia.

Defendemos um comércio com regras, sustentadas e definidas a nível multilateral, com mecanismos de defesa face a práticas desleais e sólidos instrumentos de sustentação social, dirigidos em especial a sectores que maiores dificuldades encontrem na adaptação ao mundo globalizado.

No actual contexto de globalização e crescente liberalização do comércio internacional, Portugal, país central na descoberta de novos mundos, deve escolher o caminho das novas oportunidades, ao invés de refugiar-se em discursos proteccionistas.

E deve fazê-lo contribuindo para uma competente regulação da globalização dos mercados, através da utilização dos instrumentos de defesa comercial à disposição dos países e das empresas e sem refúgios proteccionistas.

# Aposta na qualificação dos é prioridade abso

**Quase metade da nossa população activa não chegou a concluir os nove anos de escolaridade obrigatória.**

**Perante esta realidade, que nos empurra para uma maior distância em relação aos países desenvolvidos, o primeiro-ministro e o Governo têm vindo a defender que o desenvolvimento do país está hoje confinado a uma opção clara e inadiável: a absoluta necessidade de afrontar o baixo nível da nossa qualificação.**

**Em entrevista ao “Acção Socialista”, Fernando Medina, secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, salienta que esta batalha se afigura determinante para o futuro imediato de Portugal, sob pena, diz, “de ser o país a perder”.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Das muitas batalhas pelo desenvolvimento que Portugal enfrenta, a qualificação dos nossos recursos humanos surge, talvez, como uma das mais urgentes. Em que medida o Governo está a trabalhar nesta frente?

É a primeira vez em Portugal que um Governo se mostra de facto atento e preocupado com esta realidade. Neste sentido, lançámos, desde cedo, uma acção estratégica com o objectivo de aumentar a qualificação dos portugueses a que chamámos iniciativa “Novas Oportunidades”.

Trata-se de uma medida inovadora que concentra uma grande prioridade política e uma especial atenção por parte do Governo.

E é inovadora, em matéria de qualificação, por uma combinação de princípios fundamentais que importa referir. Desde logo, pela ambição que revela, já que esta iniciativa pretende ajudar um conjunto vasto de pessoas a dar o salto em matéria de novas qualificações. Mas também, e esse é outro ponto de grande importância, porque olha para a qualificação pelo lado dos jovens, ou seja, empreende uma aposta forte no sentido de que todos os jovens portugueses completem, pelo menos, o ensino secundário, neste caso concreto o 12º ano ou o equivalente com dupla certificação escolar e profissional.

Estamos, pois, perante uma iniciativa que tem como objectivo, fazer com que o 12º de escolaridade seja o referencial mínimo de saída para os jovens. Paralelamente, e não menos importante, pretende-se igualmente qualificar os actuais activos e os adultos que já se encontram no mercado de trabalho.

**Não é ambição a mais para um país que luta ainda com tantas carências e alguns maus hábitos enraizados pretender qualificar um tão grande número de portugueses quando durante décadas**

este assunto constituiu quase um tabu?

Ambição a mais não é com certeza. Aliás, não temos outra saída. Ou Portugal e os portugueses apostam frontal e definitivamente na formação e na qualificação, ou o futuro deste país estará perante obstáculos que não prevejo que possam ser ultrapassados com facilidade.

Reconheço que até agora os governos muito pouco têm feito por esta questão, e as causas desta indiferença estão agora à vista de todos. Portugal, no conjunto dos países europeus, apresenta uma percentagem recorde de jovens entre os 18 e os 24 anos de idade, cerca de 45 por cento, que não dispõem do ensino secundário completo. Ora, é precisamente este cenário que pretendemos inverter até 2010 fazendo baixar esses números para cerca de 25 por cento. É ambicioso, sem dúvida, mas nós estamos plenamente convencidos de que seremos capazes.

O défice de qualificações com que nos debatemos é de tal forma preocupante que só conseguiremos encetar uma recuperação rápida se formos capazes de actuar não só sobre os que entram no mercado como também em relação aos que já lá estão.

Em relação aos que se preparam para entrar no mercado de trabalho ou aos que entraram há pouco tempo, diria que a situação é muito preocupante, razão porque este segmento está a merecer da nossa parte uma atenção firme e decidida.

São cerca de 485 mil os jovens que entraram no mercado de trabalho recentemente sem as qualificações oferecidas pelo ensino secundário. Destes, perto de 266 mil entraram para o mercado de trabalho sem sequer terem acabado a escolaridade obrigatória, ou seja o 9º ano.

**Quais as razões que explicam este nosso atraso?**

Há várias razões para explicar



este fenómeno, mas há uma em particular que merece ser esmiuçada. É que nós precisamos de aumentar a diversidade das ofertas ao dispor das pessoas. Isto é, o número de pessoas e a diversidade dos jovens que procuraram o sistema de ensino em Portugal é muito maior do que era há trinta anos, mas uma parte importante do nosso sistema não tinha a oferta suficiente para os jovens capazes de os atrair e de os mobilizar, nomeadamente ao nível das vias profissionais.

Nos países da OCDE, a percentagem dos alunos em vias profissionalizantes ronda os 50 por cento. Ou seja, são os alunos que acabam o 9º ano e decidem seguir uma via profissionalizante para acabar o 12º ano. Em Portugal este percentagem desce para 20 por cento, o que nos deixa numa situação preocupante.

Para conseguirmos colocar o nosso país num cenário semelhante aos nossos parceiros estamos a apostar na solução das vias profissionalizantes, ou, como nós denominamos, na dupla certificação. O que é uma modificação muito importante em relação ao passado. Trata-se, como já referi, de dar não só uma qualificação ou um curso profissional, mas também que este curso permita ao aluno uma outra valência que é poder completar o

12º ano de escolaridade.

Com isto estamos a proporcionar a possibilidade de o aluno obter duas valências. A profissional e a escolar. Isto vai-lhe permitir ter mais possibilidades de escolha. O 12º ano abre-lhe caminho, se assim o entender, para seguir para o ensino universitário ou para o ensino politécnico, enquanto o curso que lhe é dado de nível profissional abre-lhe as portas para o mercado de trabalho já com uma preparação e um conhecimento adquirido que antes não tinha.

Estamos convencidos, e é algo que é partilhado quer pelo Ministério do Trabalho, quer pelo Ministério da Educação, que a maneira como estamos a abordar esta questão, é aquela que vai permitir ao país observar uma efectiva redução das taxas de abandono e de insucesso escolar para podermos, paralelamente, aumentar o número daqueles que entram no mercado de trabalho com o 12º ano de escolaridade.

**Mas esta iniciativa também está voltada para todos aqueles que já estão no mercado e que não adquiriram as competências escolares e profissionais necessárias. O que é que neste capítulo se está também a fazer?**

Aqui o diagnóstico talvez seja

**Os empregos que se criaram em Portugal, e no último ano foram cerca de 48 mil, destinaram-se sobretudo para quem tinha qualificações escolares ao nível do secundário ou do ensino universitário**

mais fácil de fazer. Dos cinco milhões e meio de portugueses que constituem a nossa população activa, cerca de 3,5 milhões, 75 por cento, não completaram o 12º ano, e destes perto de dois milhões e seiscentos mil, mais de metade da nossa população activa, não completaram a escolaridade obrigatória, ou seja, o 9º ano.

Perante este cenário o que o Governo tem vindo a dizer é que o país não pode desistir destas pessoas. E não o pode fazer por duas razões fundamentais. Desde logo, porque esta situação não é a nenhum título justa, uma vez que se tratam de pessoas que na maior

# s portugueses luta



Pedro Silvares

É aqui que está o que poderei considerar um aspecto inovador. Isto faz-se, tendo como ponto de partida aquilo que as pessoas já sabem. Ou seja, aproveitando as competências que foram adquirindo ao longo da sua vida activa. É uma nova forma de encarar o velho problema do défice de qualificação com que o país se debate.

É bom recordar que Portugal nos últimos 30 anos teve vários sistemas de educação de adultos, mas todos eles, em nossa opinião, desprezam por completo aquilo que foram as vivências das pessoas. É que, por exemplo, uma pessoa pode ter 35 anos de idade, e não ter ou o 9º ano ou o 12º de escolaridade, mas em muitos casos ter já 15 ou mais anos de actividade profissional. Desprezar o conhecimento e as competências que adquiriram ao longo desse período de trabalho profissional, é algo que não deve ser desvalorizado, antes pelo contrário, deve, isso sim, ser incorporado e adicionado às novas competências e qualificações que o sistema “Novas Oportunidades” se propõe transmitir.

**Como é que esses adultos, sobretudo os mais velhos já muito enraizados no mercado de trabalho, chegam até esta iniciativa?**

Temos tido uma resposta muito positiva, superior talvez às nossas expectativas iniciais. Mas os bons resultados que a iniciativa está a alcançar, não só ao nível da grande aderência por parte dos portugueses como das empresas, não aconteceu por mero acaso. O Governo fez esta aposta política por que está convencido, e sobre isso não tem qualquer dúvida, como aliás o primeiro-ministro já o disse por diversas vezes, que o país só poderá alcançar a médio prazo os objectivos de um desenvolvimento sustentado, se for capaz agora de qualificar e de formar com padrões exigentes a sua população activa.

Para montarmos este sistema, tarefa a que nos dedicámos este ano, tivemos necessidade de criar uma rede dos chamados centros de novas oportunidades. Trata-se de centros onde as pessoas se podem dirigir, onde lhes são reconhecidas as suas competências e ao mesmo tempo identifica-se face a essas competências o que é que a pessoa precisa para completar o seu grau de escolaridade.

A experiência que temos tido ao longo deste último ano é uma grande abertura de centros, de norte a sul do país, com uma cobertura total e uma adesão muitíssimo significativa, o que vem demonstrar aquilo que sempre dissemos, ou seja, que os portugueses não são diferentes dos outros povos, e que também eles querem mais educa-

ção e mais formação razão por que estão a aderir em número muito interessante a este projecto.

**Esta iniciativa tem tido procura?**

Só neste último ano, e só para se ter uma ordem de grandeza da aderência que o projecto suscitou junto dos portugueses, basta dizer que tivemos perto de 50 mil adultos que se inscreveram para poderem completar o 9º e noutros casos o 12º ano do ensino secundário.

Também pela parte das empresas e dos empresários o projecto tem merecido uma particular aderência que se traduziu, por exemplo, na assinatura entre o Governo e algumas das maiores empresas nacionais em perto de 350 protocolos. Este facto tem vindo a permitir que mais trabalhadores adiram aos nossos cursos, sendo que muitos são ministrados nas próprias instalações dessas empresas.

Para além destas entidades que têm vindo a disponibilizar os seus próprios espaços, a iniciativa desenrola-se ainda nos diversos centros de formação do Instituto de Emprego, que existem espalhados por todo o país, nas instalações de várias associações empresariais e ainda em muitos estabelecimentos do ensino básico e secundário.

Também o Exército assinou conosco um protocolo de grande importância, que brevemente será estendido igualmente aos funcionários públicos, onde ficou determinado que muitos dos elementos que assinaram ou que venham a assinar contratos com aquela estrutura possam em paralelo frequentar os nossos cursos de modo a que, quando terminarem a sua permanência na instituição, possam de lá sair munidos da respectiva certificação escolar e profissional.

A nossa ambição a breve prazo é estender os protocolos a mais entidades, como sindicatos, por exemplo, de modo a que nos próximos anos a adesão a esta iniciativa das “Novas Oportunidades” se afigure cada vez mais importante e alcance um número mais alargado de portugueses.

Resta dizer, por um lado, que os cursos integrados na iniciativa “Novas Oportunidades” são totalmente gratuitos, estando mesmo contemplada a possibilidade em casos especiais da oferta de bolsas de estudo, e, por outro lado, lembrar, que o financiamento de uma acção desta envergadura representa sempre um investimento financeiro muito elevado, pelo que o Governo irá socorrer-se de parte significativa das verbas oriundas do próximo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), tal como o primeiro-ministro já anunciou.

## OPINIÃO



**BRAVO NICO**  
Deputado

*A escola pública está hoje a assumir, como nunca, o seu estruturante papel de construção de uma mais saudável cidadania, promovendo uma real igualdade de oportunidades*

## Novo rumo... novo destino

NO ÚLTIMO ano e meio, o sistema educativo público português iniciou um forte movimento reformista, que se sente diariamente no quotidiano dos portugueses. Estudantes, professores, famílias, empresas e instituições sentem que o rumo das escolas está a mudar.

O país sente, hoje, que as escolas públicas estão em profunda transformação para oferecerem mais aprendizagens, de maior qualidade e relevância económica e social, durante mais tempo, a mais pessoas, exibindo uma nova atitude social e protagonizando uma nova relação com os seus parceiros. A escola pública está, hoje, a assumir, como nunca, o seu estruturante papel de construção de uma mais saudável cidadania, promovendo uma real igualdade de oportunidades no acesso, permanência e sucesso e assumindo-se, consciente e empenhadamente, como instrumento fundamental do desenvolvimento económico e social do país e como factor imprescindível na realização pessoal de cada cidadão. É este o novo rumo da Educação portuguesa e é por isso que as políticas educativas portuguesas têm, hoje, uma marca, já indelével, do Partido Socialista.

A construção desta, fundamental e decisiva, infra-estrutura chamada Educação é, certamente, um dos maiores empreendimentos que temos pela frente. Teremos maior probabilidade de sucesso se estivermos todos no mesmo braço da alavanca da mudança: governantes, estudantes, professores, trabalhadores, famílias, empresas e instituições. Neste grande e decisivo empreendimento, a matemática é simples: a divisão das vontades e das capacidades diminui-nos enquanto que a adição multiplica a probabilidade de chegarmos mais rápidos, mais certos e mais coesos ao destino que todos ambicionamos.

Mudamos de rumo porque queremos mudar de destino. A Educação portuguesa tem hoje um novo rumo porque o PS está a construir um novo destino para Portugal, no qual a Educação (e conseqüente qualificação) dos portugueses é a mais valiosa e determinante infra-estrutura para o nosso processo de desenvolvimento económico, social e humano.

Portugal tem um novo rumo, porque o PS propôs um novo destino para Portugal e porque a maioria dos portugueses mandou o PS para o concretizar.

A Educação tem um novo rumo, porque os portugueses querem e merecem que o seu futuro seja um melhor – porque mais rico e mais justo – destino.



# O que está em causa no Estatuto da Carreira Docente

Para uma maior informação sobre as alterações propostas ao Estatuto da Carreira Docente, ainda em negociação com os sindicatos, o Ministério da Educação responde, de forma sucinta, às questões mais frequentemente apresentadas.

## 1 - Porque é que o Ministério da Educação (ME) propõe a alteração do Estatuto da Carreira Docente (ECD)?

Os resultados do sistema educativo português exigem que, na alteração da situação, se actue sobre diferentes aspectos e factores. O papel dos docentes é essencial para a melhoria da qualidade da educação. Deste modo, é essencial que o ECD possibilite uma definição e valorização dos trabalhos dos professores, sublinhando o seu papel essencial na promoção do sucesso dos alunos, na prevenção do abandono escolar e no aumento da qualidade das aprendizagens, valorizando-se assim a escola pública.

## 2 - De que forma as alterações propostas valorizam os professores?

As propostas valorizam os professores na medida em que distingue diferentes desempenhos profissionais. Pode dizer-se que, hoje em dia, os docentes progridem na carreira sem que tal dependa da qualidade do seu trabalho. Deste modo, é urgente premiar os docentes mais dedicados e mais preparados, aqueles que na sua profissão atingem melhores desempenhos. A avaliação de desempenho proposta pretende trazer para o centro da actividade docente a qualidade do trabalho desenvolvido em sala de aula. Impedir-se-á, assim, que seja possível, como hoje acontece, um professor atingir o topo tendo estado afastado da sala de aula durante a maior parte do tempo da sua carreira.

## 3 - De que modo as alterações propostas contribuem para a melhoria da escola pública?

Pretende-se contribuir para a melhoria da escola pública assegurando que sejam os professores reconhecidos como mais competentes, mais experientes e com estatuto remuneratório mais elevado a assumirem funções de maior responsabilidade e exigência na escola. Actualmente, não se verifica qualquer correlação entre a experiência dos docentes e as funções que desempenham, sendo frequente os professores com menor número de anos de leccionação acumularem as funções de maior responsabilidade. Não podemos ter docentes mais novos e, portanto, menos experientes a coordenar o trabalho dos diferentes docentes.

## 4 - Qual o impacto pretendido nos resultados escolares dos alunos?

As alterações propostas funcionam como uma oportunidade privilegiada para orientar a actividade dos docentes e a organização da escola de acordo com o objectivo de melhorar os resultados escolares dos alunos, reforçando o trabalho para a promoção do sucesso, de prevenção do abandono escolar precoce e de melhoria da qualidade das aprendizagens.

## Ingresso na carreira

### 5 - Como se ingressa na carreira docente?

Para ingressar na carreira docente é preciso ser titular de habilitação profissional para o grupo de recrutamento a que se concorre, passando a ser

necessário ter obtido aprovação na prova nacional de avaliação de conhecimentos e competências. Além destes requisitos gerais de acesso à profissão, também é necessário obter uma avaliação de desempenho igual ou superior a Bom no período probatório.

### 6 - Qual a importância da realização da prova nacional de avaliação de conhecimentos e competências e do período probatório?

O ME entende como sua responsabilidade seleccionar entre os candidatos aqueles que melhor poderão desempenhar as funções docentes, como acontece no acesso a qualquer profissão. Com a prova nacional de avaliação de conhecimentos e competências pretende-se avaliar, essencialmente, a preparação científica do candidato, e com o período probatório as competências pedagógicas e didácticas do mesmo.

### 7 - Para ingressar na carreira, todos os professores têm de realizar a prova nacional de avaliação de conhecimentos e competências?

Sim, excepto aqueles que já têm mais de cinco anos completos de serviço e que tenham tido um contrato com o ME em dois dos últimos quatro anos.

### 8 - O que acontece a um professor que tenha Insuficiente na avaliação do período probatório?

Se um professor tiver a classificação de Insuficiente na avaliação de desempenho no final do período probatório é exonerado do lugar para que tinha sido nomeado provisoriamente. Fica impedido de se apresentar a concurso no ano escolar seguinte, a menos que demonstre já ter realizado o plano de formação que lhe foi indicado pelo professor titular que o acompanhou durante a realização do período probatório.

### 9 - O que acontece a um professor que tenha Regular na avaliação do período probatório?

O docente que obtenha Regular poderá repetir o período probatório, continuando a leccionar, sendo obrigado a cumprir um plano de formação.

### 10 - Todos os professores têm de passar por um período probatório, mesmo aqueles que já estão contratados há bastante tempo?

Os professores com mais de cinco anos completos de serviço e que tenham tido um contrato com o ME em dois dos últimos quatro anos estão dispensados da realização do período probatório.

### 11 - O tempo em que os professores estão contratados conta para aceder a professor titular?

Sim, desde que avaliado com o mínimo de Bom.

## Estrutura da Carreira

### 12 - Porque é que o ME propõe a estruturação da carreira em duas categorias?

O Ministério da Educação propõe a estruturação da carreira docente em duas categorias, criando a categoria de professor titular, para que as escolas possam dispor em permanência de um corpo de professores qualificado e reconhecido que, pela sua formação e experiência, assumam a responsabilidade pelo trabalho de coordenação pedagógica, recebendo por isso uma remuneração superior. O desenvolvimento da carreira em categorias hierarquizadas é um princípio de organização que se encontra em todas as carreiras mais qualificadas da Administração Pública, assim como nas carreiras docentes de diferentes países europeus.

### 13 - Quantos vão ser os escalões de cada categoria?

Haverá três escalões na categoria de professor titular e seis escalões na categoria de professor.

Estrutura Remuneratória						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Professor Titular	245	299	340			
Professor	167	188	205	218	235	245

### 14 - Quais as funções de um professor titular?

No essencial, o professor titular assegura a coordenação do trabalho desenvolvido pelos outros docentes, nomeadamente:

- Coordenação pedagógica de ano, ciclo ou curso;
- Direcção de centros de formação das associações de escolas;
- Coordenação de departamentos curriculares e conselhos de docentes;
- Orientação da prática pedagógica supervisionada a nível da escola;
- Exercício das funções de acompanhamento e apoio à realização do período probatório;
- Elaboração e correcção das provas nacionais de avaliação de conhecimentos e competências para admissão na carreira docente;
- Participação nos júris da prova de avaliação e discussão curricular para acesso à categoria de professor-titular.

### 15 - Porque se limita a um terço o número de lugares de professor titular?

Esta limitação justifica-se pelo facto de o número de lugares associados às funções de responsabilidade e de coordenação de trabalho de outros professores ser também ele limitado. O mínimo é que quem coordena tenha sob a sua responsabilidade dois professores.

### 16 - Se os restantes cargos são destinados aos professores titulares, porque não acontece o mesmo com o cargo de director de turma?

Porque as funções de direcção de turma não incidem exclusivamente em trabalho de coordenação de docentes como acontece nas atribuídas ao professor titular. Embora a função de director de turma também tenha uma componente de coordenação ao nível da articulação curricular, reside essencialmente no trabalho de apoio e integração realizado directamente com os alunos e na relação com os encarregados de educação.

### 17 - Quais as condições para aceder a professor titular?

- É necessário:
- 18 anos de tempo de serviço, podendo este período ser reduzido através da aquisição dos graus de mestre ou doutor e da obtenção de avaliações de Excelente ou Muito Bom;
- Avaliação de desempenho de Bom durante esse período;
- Aprovação no concurso de provas públicas de avaliação e discussão curricular.

### 18 - O tempo de serviço para aceder a professor titular pode ser encurtado devido à avaliação?

O tempo de serviço necessário para acesso à categoria de professor titular é, em regra, de 18 anos. Contudo, pode ser encurtado por efeito da obtenção de graus académicos (doutoramento ou mestrado) ou pela obtenção de classificações de Excelente e Muito Bom.

### 19 - Os professores com o grau de bacharel podem aceder à categoria de professor titular?



Na última versão da proposta de alteração do ECD, os professores com o grau de bacharel podem candidatar-se aos concursos para o provimento de lugares de professor titular.

### 20 - O que acontece aos professores que realizam doutoramentos e mestrados?

A aquisição dos graus de doutor e de mestre dá direito a uma bonificação de quatro e dois anos, respectivamente, no tempo de serviço exigido para acesso à categoria de professor titular.

### 21 - O que vai acontecer aos professores que forem aprovados no concurso de provas públicas para professor titular, mas não possam ser providos por falta de vaga?

Os professores com 18 anos de serviço que se apresentem a concurso para professor titular, mas não sejam providos na categoria por falta de vaga, desde que obtenham a classificação de Muito Bom ou superior na última avaliação de desempenho e tenham completado o módulo de tempo de serviço no 5.º escalão podem progredir ao 6.º escalão de professor, ficando a aguardar libertação de vaga.

Transitoriamente, para os docentes que se encontrem nos 8.º e 9.º escalões criam-se dois escalões intermédios que permitirão uma progressão desde que se tenham apresentado a concurso para professor titular mas não tenham sido providos por falta de vaga e tenham obtido uma classificação igual ou superior a Muito Bom na última avaliação de desempenho.

## Avaliação de desempenho

### 22 - Como se processa a avaliação de desempenho?

O docente elabora uma ficha de auto-avaliação. O coordenador do conselho de docentes ou do departamento curricular avalia, através de ficha própria, a preparação, a organização e a realização das actividades lectivas, bem como a relação pedagógica estabelecida com os alunos e o processo de avaliação das aprendizagens dos mesmos. O órgão de direcção executiva avalia, através de ficha própria, os níveis de assiduidade do docente, os resultados escolares e as taxas de abandono dos alunos (tendo em conta o contexto socioeducativo), o trabalho colaborativo do docente, nomeadamente através da participação e dinamização de projectos ao nível do agrupamento/escola e as acções de formação contínua concluídas.

### 23 - Quem são os avaliadores no processo de avaliação de desempenho?

A avaliação será realizada pelos professores com funções nos órgãos de gestão da escola, nomeadamente o coordenador do conselho de docentes ou do departamento curricular, o órgão de direcção executiva do agrupamento/escola e a comissão de coordenação da avaliação de desempenho. Para a sua intervenção na avaliação, o órgão de direcção

# atuto



executiva deve reunir diversos elementos, entre os quais a apreciação dos pais e encarregados de educação, sobre aspectos previamente definidos. Este processo procura ser mais exigente do que o vigente que, na prática, se baseia na auto-avaliação realizada pelos docentes.

## 24 - Qual o papel dos pais na avaliação?

Esta avaliação é, entre outros, um dos indicadores de classificação na avaliação de desempenho dos docentes. Resume-se a uma apreciação da relação que os professores estabelecem com os alunos e da informação que prestam aos encarregados de educação sobre a evolução e as dificuldades do aluno. Esta apreciação será tratada e ponderada pelos conselhos executivos no âmbito do processo de avaliação de desempenho dos docentes, tendo em conta o grau de participação e acompanhamento do processo educativo por parte de cada um dos pais e encarregados de educação.

## 25 - Quem faz a avaliação dos coordenadores de departamento?

A avaliação dos coordenadores de departamento é executada em moldes idênticos à dos restantes docentes, sendo que o papel do coordenador de departamento é exercido por um inspector com formação científica na área disciplinar do docente.

## 26 - O que é mais valorizado na avaliação de desempenho dos professores?

O objectivo é centrar a avaliação de desempenho no essencial da função docente: a actividade lectiva efectiva. A avaliação dos docentes deve privilegiar o seu desempenho em sala de aula, a preparação das aulas, o acompanhamento dos alunos e os resultados escolares obtidos, tendo em conta o contexto socioeducativo.

O sistema de avaliação em vigor baseia-se apenas no tempo de serviço, não permitindo distinguir os melhores e classificando do mesmo modo os professores que dão aulas e aqueles que estão afastados há muito tempo da actividade lectiva. Aquilo que se pretende, na prática, é criar mecanismos para evitar que os professores nestas duas situações sejam avaliados em igualdade de circunstâncias.

## 27 - Qual a periodicidade da avaliação de desempenho?

De dois em dois anos.

## 28 - Quais vão ser as menções da avaliação?

Para que a avaliação se processe de forma justa e rigorosa, distinguindo a qualidade e o mérito do trabalho desenvolvido pelos professores, a escala terá um leque mais alargado de menções, passando a contar cinco níveis distintos, que variarão entre o Excelente (9 a 10 valores) e o Insuficiente (1 a 4,9 valores).

## 29 - Quais os efeitos da avaliação de

## desempenho?

Consoante a menção obtida, verificar-se-ão as seguintes situações:

**Excelente** – O docente pode progredir. Se obtiver Excelente durante dois anos seguidos, pode antecipar num ano a sua candidatura ao exame de acesso à categoria de professor titular. Se mantiver essa classificação durante quatro anos consecutivos, passa a receber um prémio de desempenho.

**Muito Bom** – O docente pode progredir. Se obtiver Muito Bom durante dois anos seguidos, pode antecipar em seis meses a sua candidatura ao exame de acesso à categoria de professor titular. Se mantiver essa classificação durante quatro anos consecutivos, passa a receber um prémio de desempenho.

**Bom** – O docente progride normalmente ao escalão seguinte.

**Regular** – O tempo de serviço prestado é contado para efeitos de antiguidade na carreira e na categoria. O docente não transita para o escalão seguinte.

**Insuficiente** – O tempo de serviço prestado não é contado para efeitos de progressão e acesso na carreira. No caso dos docentes em regime de contrato, não se verifica renovação do contrato. Com duas qualificações de Insuficiente, o docente dos quadros passa ao quadro de mobilidade do ME.

## 30 - Porque é necessário introduzir um sistema de quotas na avaliação dos professores?

Todos os sistemas de avaliação, incluindo o vigente na Administração Pública, são baseados num sistema de quotas. As quotas significam o estabelecimento de diferentes graus de exigência. O objectivo do sistema de quotas é obrigar a diferenciar, implicando o reconhecimento do mérito dos professores que efectivamente se distingam no trabalho com os seus alunos.

## 31 - Porque se limita o número de professores que podem obter Excelente ou Muito Bom?

A avaliação tem sempre em conta um determinado grau de exigência e o mérito relativo. Em qualquer grupo profissional nem todos são excelentes ou muito bons. Se o pudessem ser, seriam o próprio grau de exigência e a definição do que é Excelente e Muito Bom que estariam errados. Além disso, os professores são classificados em comparação uns com os outros. A atribuição das classificações de Excelente ou Muito Bom pressupõe um exercício de avaliação comparativa que implica necessariamente a diferenciação.

## Progressão na carreira

### 32 - Como se progride na carreira docente?

É necessário tempo de serviço em cada escalão com avaliação mínima de Bom e realização de formação contínua. A atribuição da menção qualitativa igual ou superior a Bom fica dependente do cumprimento de, pelo menos, 95 por cento das actividades lectivas no período escolar a que se reporta a avaliação, não sendo consideradas para o efeito as faltas legalmente equiparadas à prestação efectiva de trabalho.

### 33 - Os professores com doença prolongada ou que gozem de licença maternidade/paternidade podem ser prejudicados?

Os professores com doença prolongada ou que gozem licença de maternidade/paternidade podem ser avaliados para progredir na carreira, desde que tenham completado no ano escolar pelo menos seis meses de serviço efectivo. O ME já assumiu o compromisso de que não haverá nenhum prejuízo para esses professores. Quando se verificar uma interrupção da actividade lectiva por estes motivos, esse tempo pode ser recuperado para efeitos de progressão, podendo o docente optar pela classificação anterior ou posterior à interrupção.

### 34 - Quando um professor está requisitado/destacado, o tempo de serviço conta para subir de escalão?

Os períodos referentes a requisição, destacamento ou comissão de serviço em funções não docentes, de natureza técnico-pedagógica, são considerados para progressão na carreira, desde

que não sejam superiores a um quarto do módulo de tempo de serviço correspondente à duração desse escalão.

## Transição para a nova estrutura da carreira docente

### 35 - Como se processa a transição para a nova carreira docente?

A transição é automática, pelo que todos os docentes serão posicionados na categoria de professor em escalão igual ao que detêm actualmente. Por este motivo, não haverá, em caso algum, diminuição da remuneração auferida. O tempo de serviço no escalão em que se encontram será contado no escalão de ingresso na nova estrutura.

### 36 - O tempo de serviço que ficou congelado conta para a progressão na carreira?

Como para todos os outros funcionários e agentes da Administração Pública, o tempo de congelamento das progressões não poderá ser considerado.

### 37 - O que acontece aos docentes que estejam nos 1.º, 2.º e 3.º escalões?

Como na nova estrutura de carreira não existem índices iguais aos do 1.º, 2.º e 3.º escalões, os docentes actualmente posicionados nestes índices mantêm-se na estrutura e escala indiciária actualmente existente.

Os docentes dos 1.º e 2.º escalões transitam para o escalão 1 da categoria de professor ao fim de seis anos de permanência na carreira.

Os docentes do 3.º escalão transitam para o escalão 1 da categoria de professor ao fim de três anos de permanência no escalão.

### 38 - O que acontece aos docentes que estejam nos 4.º, 5.º e 6.º escalões?

Estes docentes transitam para a nova estrutura de carreira na categoria de professor e para escalão a que corresponda índice remuneratório igual àquele em que se encontram posicionados.

### 39 - O que acontece aos docentes que estejam no 7.º escalão?

Tem que distinguir entre os docentes licenciados e os bacharéis.

Os docentes licenciados que à data da entrada em vigor do presente diploma se encontrem posicionados no índice 218 transitam para a categoria de professor no 4.º escalão, índice 218.

Os docentes bacharéis que se encontram posicionados no índice 218 mantêm-se na estrutura e escala indiciária actualmente em vigor, transitando ao índice 223 após perfazerem quatro anos de permanência no índice 218. Após permanecerem dois anos no índice 223 são integrados na estrutura da carreira no 5.º escalão, índice 235.

Os docentes bacharéis que se encontram posicionados no índice 223 mantêm-se na estrutura e escala indiciária actualmente em vigor permanecendo nesse índice dois anos após o que se integram na nova estrutura de carreira no 5.º escalão, índice 235 da categoria de professor.

Os docentes bacharéis que à data da entrada em vigor do presente diploma se encontrem posicionados no índice 235 transitam para a categoria de professor no 5.º escalão, índice 235.

### 40 - Os professores dos 8.º, 9.º e 10.º escalões são equiparados a professores titulares ou têm de prestar provas?

Os professores que estão actualmente no 8.º, 9.º ou 10.º escalões mantêm-se na categoria de professor, com o índice remuneratório que possuem neste momento. A nova versão da proposta de alteração do ECD acaba com a figura de equiparado a professor titular. Para acederem a professor titular, estes professores terão de se apresentar a concurso. O primeiro concurso terá regras especiais. Os concursos seguintes exigirão a prestação de provas públicas.

### 41 - Como se processa o primeiro concurso para professor titular?

Ao primeiro concurso podem concorrer os professores licenciados dos 8.º, 9.º e 10.º escalões

que tenham desempenhado actividade lectiva efectiva ou cargos de direcção executiva da escola ou de director de centro de formação, que não tenham dado mais de 7 por cento de dias de falta ao serviço, em média, nos últimos seis anos, e já tenham desempenhado algumas das funções próprias da categoria.

Este concurso será de natureza documental e avaliará o exercício efectivo da actividade lectiva, a assiduidade, a formação especializada, as habilitações académicas, o desempenho de cargos de coordenação e de supervisão pedagógica, o exercício de funções nos órgãos de gestão e administração da escola ou de director do centro de formação de professores das associações de escolas;

Nos concursos posteriores, os candidatos serão submetidos a provas públicas de avaliação e discussão curricular, que avaliam as competências e a formação adquiridas pelo candidato para o exercício das funções inerentes à categoria de professor titular, em termos a definir por regulamentação posterior.

### 42 - Quando se realiza o primeiro concurso de acesso a professor titular?

Após a entrada em vigor da alteração ao ECD.

## Outras questões

### 43 - As acções de formação têm de ser realizadas de acordo com algumas regras específicas?

Privilegiam-se as acções de formação realizadas no âmbito da área disciplinar que o docente lecciona, bem como aquelas que vão ao encontro dos objectivos do projecto educativo e do plano de actividades do agrupamento/escola.

### 44 - Os professores do 1.º ciclo e os educadores de infância têm de «estar no directo» até ao fim da carreira?

Estes docentes, quando atingirem 25 e 33 anos de serviço efectivo em regime de monodocência, podem ter a dispensa total da componente lectiva pelo período de um ano escolar. Quando atingirem os 60 anos de idade, independentemente do tempo de serviço, têm a possibilidade de requerer a redução de cinco horas da componente lectiva semanal.

### 45 - Como se processa a redução da componente lectiva por idade e tempo de serviço?

Para os docentes do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário processa-se do seguinte modo: duas horas de redução aos 50 anos de idade e 15 anos de serviço, mais duas horas de redução aos 55 anos de idade e 20 anos de serviço, e mais duas horas de redução aos 60 anos de idade e 25 anos de serviço.

### 46 - As faltas por conta do período de férias podem ser dadas no tempo lectivo?

Sim, desde que não ultrapassem um dia útil por mês até ao limite de cinco dias úteis por ano. Actualmente, os professores podiam faltar um dia útil por mês até ao limite de 12 dias úteis por ano. Atendendo a que a lei fixa o período do ano em que os professores podem gozar férias e a falta de um professor deixa os alunos sem aulas, impunha-se esta redução.

### 47 - A formação tem de ser realizada fora do horário lectivo?

Sim, quando se trata de formação da iniciativa do docente.

### 48 - Os professores têm de dar as aulas previstas no horário estipulado ou podem recorrer a mecanismos de troca?

Os horários são elaborados tendo em conta critérios pedagógicos que facilitam a aprendizagem dos alunos. Por essa razão, as aulas deverão ocorrer no tempo previsto no horário. O cumprimento rigoroso dos programas pressupõe que as aulas previstas sejam efectivamente dadas. Em casos de força maior, o conselho executivo poderá autorizar possíveis trocas, respeitando as cargas lectivas previstas pelos docentes nas planificações, à semelhança de boas práticas identificadas no ensino profissional.

## OPINIÃO

**JOSÉ CORREIA DA LUZ**  
Presidente da Câmara  
do Crato**Lei das Finanças Locais:  
uma razão de Estado  
outra de futuro para  
Portugal**

NENHUM autarca pode alhear-se do estatuto complexo de atribuições, competências e poderes de autoridade que a Constituição da República Portuguesa atribui aos municípios. Tal panóplia de normas jurídicas permite aos representantes legítimos dos municípios agir, atentas as especificidades, dentro do quadro de autoridade próprio dos agentes de Estado. As autarquias são, pois, nesse sentido, também elas Estado! Comungam, por isso, das regras que o Estado Central, uno e soberano, assumiu perante si, perante terceiros!

Ora, essa legitimidade de agir, na qual emerge o princípio da autonomia, implica uma enorme e grave dose de responsabilidade. Aliás, aqui se explica exaustivamente a teoria do binómio "liberdade-responsabilidade", segundo a qual quanto maior for a primeira premissa, maior será a segunda.

Não há, não pode haver, autarca que negligencie a teoria enunciada tal a dimensão da sua presença nos actos que pratica diariamente.

Ora, entre outros, a Lei das Finanças Locais é não só um dos instrumentos da política orçamental com que Portugal responderá ao programa de recuperação do défice público, mas também uma reforma estrutural de fundo há muito reclamada por todos (pena é que o principal partido da oposição não tenha apresentado nenhuma proposta), pelo que, tendo em conta a unidade do Estado, devem os autarcas orientar a sua acção para, cooperando estrategicamente com o Governo, explorar as condições propiciadas pela lei para a prossecução daqueles objectivos.

Por tudo o que fica dito - por ser uma razão de Estado - é um imperativo para os autarcas aproveitar esta excelente oportunidade para mostrar, sem margem para dúvidas, a sua disponibilidade para contribuir para a recuperação financeira e desenvolvimento do País.

Acrescendo à enunciada razão de Estado soma-se outra: uma razão de futuro para Portugal!

Nenhum português, hoje, é indiferente à necessidade de racionalizar consumos, despesas e evitar desperdícios, pois a sociedade competitiva do mundo moderno que escolhemos não dá margem para isso!

Bem sei que não faltará quem diga: pois é, mas que racionalize o Governo ou, eufemisticamente, a Administração Central!

Eu contraponho: nesta mudança de atitude é que está a diferença, o ganho de causa das autarquias e dos portugueses!

Ninguém pode ignorar a magnitude dos prejuízos que nos serão impostos de fora, com reflexos directos sobre as finanças das autarquias, se o Estado não cumprir o controlo do défice público e nós, os autarcas, não percebermos que as necessidades das populações, hoje, são diferentes das de ontem. Neste quadro, é preferível assumir reformas necessárias, agora, antes que seja tarde de mais. Por isso, subjaz na filosofia da Lei das Finanças Locais uma razão de futuro para Portugal, para as gerações vindouras que os responsáveis de hoje não podem alienar.

A questão de fundo que aborda a redistribuição dos dinheiros públicos entre a Administração Central e a Administração Local para a prossecução das suas atribuições justifica um debate sério, de estrutura, não compatível com uma discussão a quente, incidental. Por ser uma verdadeira questão de Estado e de regime é merecedora de outro fôlego, outro ânimo.

Do que ninguém duvida já é que o momento é decisivo para as reformas em vista da prossecução do aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos portugueses. Este desiderato, tão clamado por muitos, só está ao alcance de ser prosseguido por aqueles cuja cultura política e administrativa dê provas de capacidade como o Partido Socialista:

Em 1974/75, contribuindo para a Revolução dos Cravos, combatendo o nascimento de outra ditadura, salvando o país da bancarrota com o célebre acordo com o FMI - a primeira vaga;

Em 1985, dez anos depois, após inteligentes negociações, o PS foi o elemento de charneira decisivo para a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, mudando a conjuntura, abrindo novas portas a Portugal, sem as quais não teríamos atingido o desenvolvimento que, apesar de tudo, hoje temos - a segunda vaga;

Em 2005, não dez mas vinte anos depois, o que prova a bondade e a dimensão estrutural da medida de 1985, o PS, com estes seus governantes e não outros, sublinhe-se, lançou aquilo que eu denomino a terceira vaga: as reformas que tantos anunciaram mas não fizeram; a evidenciada coragem, que não é senão apurado sentido de Estado, para enfrentar os grupos de pressão e de interesses; o "ovo de Colombo" com que mais tarde, mas mais depressa do que supomos, aqueles que se perfilaram contra a Lei das Finanças Locais e as outras reformas não-de concordar.

Portugal e os portugueses merecem!

*A Lei das Finanças Locais é não só um dos instrumentos da política orçamental com que Portugal responderá ao programa de recuperação do défice público, mas também uma reforma estrutural de fundo há muito reclamada por todos*

**Câmara possibilita acesso  
à Internet no centro da cidade**

## REGUENGOS DE MONSARAZ

O MUNICÍPIO de Reguengos de Monsaraz vai colocar em funcionamento um hotspot que permite o acesso à Internet em banda larga sem fios num local público do centro da cidade. O equipamento, que será de utilização gratuita durante os primeiros meses, ficará localizado no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz e vai possibilitar o acesso à Internet na Praça da Liberdade através de qualquer computador equipado com placa de rede wi-fi.

O hotspot está integrado no projecto Pontos Municipais de Banda Larga do Évora Distrito Digital que visa a instalação de uma rede regional destes equipamentos.



O município de Reguengos de Monsaraz pretende garantir o acesso à Internet de banda larga em soluções wireless a todos os que residem, trabalham, estudam ou visitam a cidade. Assim, a autarquia estará a inovar e a promover a competitividade numa sociedade cada vez mais baseada no conhecimento.

De salientar que o actual Executivo socialista da autarquia definiu como uma das suas prioridades políticas o desenvolvimento de estratégias de combate à info-exclusão e de incentivo à utilização das novas tecnologias de informação e comunicação.

Na última reunião de Câmara foi apresentado um projecto que visa a implementação de espaços Internet em todas as freguesias do concelho. Quando o projecto estiver executado, a cidade de Reguengos de Monsaraz ficará com mais um local público de acesso gratuito a computadores e Internet de banda larga, e espaços semelhantes serão instalados nas localidades de Monsaraz, S. Pedro do Corval, Campinho e S. Marcos do Campo.

**I Jornadas Parlamentares do PS/Ramalde**

DEFINIR formas de informação política capazes para a dinamização do projecto socialista na freguesia foi um dos pontos aprovados nas I Jornadas Parlamentares dos eleitos socialistas na Freguesia de Ramalde, que reflectiram sobre o trabalho realizado no último ano e se perspectivaram acções futuras para aproximar o PS dos seus eleitores, fiscalizar e acompanhar a actividade da Junta e mobilizar

os militantes socialistas nas acções a programar pelo Grupo Parlamentar do PS/Ramalde.

Na segunda parte teve lugar um colóquio sobre "A inovação, o desenvolvimento e a educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico" - moderado por Fernando Carvalho, que contou com a presença do secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, e da directora regional de Educação do

Norte, Margarida Elisa Moreira.

Entretanto, a socialista Julieta Sampaio, foi eleita presidente da Assembleia de Freguesia de Ramalde, no Porto, substituindo no cargo José Oliveira Torres, da coligação CDS-PP/PSD que lidera a Junta de Freguesia.

A lista apresentada pelo PS obteve 11 votos, contra sete da coligação de direita e uma abstenção.

## OPINIÃO

**ÁLVARO PEDRO**  
Presidente da Câmara  
Municipal de Alenquer**Uma nova geração de políticos locais  
virada para as questões sociais**

O PORTUGAL de hoje pouco ou nada tem a ver com o de há 30 anos atrás, na óptica da transformação operada através do exercício do poder local.

De facto quer ao nível político, quer ao nível administrativo e da participação dos cidadãos, a mudança foi de tal ordem que alterou as mentalidades de quem governa e de quem é governado. Hoje a gestão da coisa pública é participada pelos munícipes, através dos seus eleitos e, por isso, muito mais controlada no que concerne aos objectivos sociais a alcançar.

Como um dos autarcas mais antigos do país, dado que fui eleito presidente da Câmara em 1976 e desde então tenho sido reeleito sucessivamente, creio deter de modo sustentado uma experiência nesta área que me permite fazer o testemunho atrás citado.

Paulatinamente, a legislação através da qual se rege o exercício do poder local tem vindo a ser adequada para democratizar o sistema. Nesta óptica faltará dar um salto na continuidade da evolução conseguida. Isto é, criar mecanismos que permitam a um qualquer executivo dispor sempre de maioria no órgão, implicando que a oposição deva estar sempre representada. Paralelamente defendo que as assembleias municipais devam deter um papel mais abrangente de modo a tornarem a sua acção mais participativa na gestão municipal sem, contudo, se constituírem como contraponto à esfera própria do executivo. A separação de poderes dos órgãos é fundamental que se mantenha.

A fragilização de uma maioria relativa ganha-

dora dentro de um órgão executivo, comporta dificuldades acrescidas para a realização de projectos de interesse municipal e é, regra geral, causa de negociações nem sempre lineares, já que muitas vezes se premeia a força política menos votada com uma representação no órgão executivo: quando, em boa verdade, a sua votação pelos populares não teve significado porque o relegou para um terceiro ou quarto lugar.

Penso também que se falhou num aspecto basilar: a não consagração da regionalização. Creio que foi uma oportunidade perdida.

Não me parece viável nem funcional o figurino das comunidades urbanas que se pretendeu implantar no país, nem me parece adequado o actual sistema configurado na CCDR, órgãos descentralizados da Administração Central em que o poder local tem apenas um papel consultivo.

Todavia, o balanço dos 30 anos do poder local é, na minha perspectiva, extremamente positivo, assim como positiva foi a nossa adesão à Comunidade Europeia. Ambos os fenómenos se conciliaram para ajudar a modificar as nossas aldeias, vilas e cidades, trazendo-lhes a modernidade, a exigência e a qualidade.

Muito foi conseguido ao longo destes 30 anos - desde a autonomia financeira à política. Porém, a evolução natural irá apontar para o reforço das competências e atribuições da administração local, aliás já vertidos em leis mas não consolidados na prática. Acredito que a nova Lei das Finanças Locais abrirá caminho para uma nova geração de políticos locais mais virada para as questões sociais.

*Acredito que a nova Lei das Finanças Locais abrirá caminho para uma nova geração de políticos locais mais virada para as questões sociais*

# Economia vive momento de viragem

**PME INVESTEM 105 MILHÕES**

A ECONOMIA portuguesa está num momento de “mudança e viragem”, apresentando indicadores de recuperação que representam um sinal de confiança para os investidores e para as instituições internacionais, considerou o primeiro-ministro.

José Sócrates falava no dia 24, no Centro de Congresso da FIL, no Parque das Nações, em Lisboa, na cerimónia de assinatura de assinatura de 130 projectos de pequenas e médias empresas (PME) que representam um investimento global de 105 milhões de euros e permitirão a criação de 600 postos de trabalho. Os incentivos do Estado, concedidos no âmbito do Prime – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, serão superiores a 30 milhões de euros.

Na sua intervenção de improviso, José Sócrates apontou os dados do crescimento económico referentes aos primeiros seis meses do ano, frisando que o Banco Portugal já fez um revisão em alta da sua estimativa de 0,8 para 1,2 por cento, podendo ainda aumentar a sua previsão na sequência da divulgação dos dados referentes ao terceiro trimestre.

“O Governo prevê um crescimento de 1,4 por cento no final do ano. Não é ainda o crescimento que queremos, mas é uma inversão da tendência, porque esse crescimento é superior à soma de todos os verificados nos últimos quatro anos”, disse.

José Sócrates salientou ainda que o crescimento económico que se registará no final de 2006 “teve como base o aumento das exportações e não o consumo”.

“Pela primeira vez nos últimos anos, Portugal cresceu no segundo trimestre deste ano tanto como a média da União Europeia. Pela primeira vez, também, os resultados revelam que as empresas portuguesas estão a ganhar quota de mercado na economia global”, afirmou, acrescentando que o país está a registar “uma situação de mudança e de viragem”.

O primeiro-ministro sustentou ainda que os sinais de confiança são também provocados pela “melhoria das contas públicas” que se vem registando desde o final de 2005.

E disse estar convencido que, até



Ricardo Oliveira/GPM

2007, haverá uma redução contínua, tanto do défice, como da despesa pública em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

“A economia portuguesa vai crescer e as contas públicas vão ficar em ordem”, garantiu.

Por outro lado, José Sócrates anunciou que o Governo vai em breve tomar medidas para reduzir custos administrativos e facilitar os processos de licenciamento de investimento para melhorar o ambiente de negócios em Portugal.

“Estamos a estudar medidas na área do licenciamento, porque sabemos que aqui se encontra um dos nós gordios da nossa economia. Em breve teremos notícias nesta área”, disse.

## Empreendedorismo e inovação

Por sua vez, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, disse que esta cerimónia é a prova do

**600** Total dos postos de trabalho que vão ser criados pelos 130 projectos de investimento

apoio concedido pelo Governo às micro, pequenas e médias empresas, que considerou peça fundamental do nosso tecido produtivo. “os fundos não são para ser atribuídos indiscriminadamente, destinam-se a financiar projectos de empreendedorismo e inovação capazes de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da economia portuguesa”, disse.

A maioria dos investimentos apresentados na FIL destinam-se à área industrial, cerca de 59 por cento, enquanto 35 por cento vão para o comércio e serviços e cerca de 6 por cento para o sector da construção. Dois anos é o tempo médio que muitos projectos levarão a ser executados.

## IKEA VAI CONSTRUIR TRÊS FÁBRICAS

O Grupo Ikea, através da sua participada Swedwood, anunciou um investimento de 135 milhões de euros na construção de três fábricas de produção de madeira e derivados, em Paços de Ferreira, a primeira das quais irá entrar em funcionamento já no final de 2007.

O complexo industrial, que será o segundo maior centro de produção do grupo, vai criar 550 postos de trabalho directos e mil indirectos.

As três unidades de produção de mobiliário que a Ikea vai instalar em

Portugal reforçam a fileira florestal, sublinhou o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, que classificou o investimento do grupo sueco como “importante para a modernização da nossa economia”, tornando Portugal “líder, a nível europeu, no ‘cluster’ da madeira”.

No total, a Ikea vai investir 660 milhões de euros em Portugal até 2015, face aos 527 milhões inicialmente anunciados, que abrangem as três fábricas, dois centros comerciais e cinco lojas.

# Manuel Pinho reafirma importância do Plano Tecnológico

**DIA DA COMPETITIVIDADE**

O PLANO Tecnológico e a desburocratização foram apontados por Manuel Pinho como medidas muito importantes para se criar em Portugal um ambiente de negócios favorável à competitividade das empresas.

“A existência de um ambiente tecnológico é fundamental para

que as empresas portuguesas sejam mais produtivas e ganhem o desafio de competitividade num mercado global”, disse o ministro da Economia e Inovação na sessão de abertura do Dia da Competitividade, na Assembleia da República.

Já o presidente da Assembleia da República congratulou-se com a realização de mais um evento desta natureza, num “momento decisivo

para o futuro do país”.

Jaime Gama realçou a importância de actualmente existir “um ambiente positivo e dinâmico na economia portuguesa” que permite às empresas serem mais produtivas, competitivas e aumentar as exportações, num contexto de menor burocratização, reforma laboral e reequilíbrio das contas públicas.

OPINIÃO



**JORGE FÃO**  
Deputado

*Uma melhor fiscalização da condução sob efeito de álcool e estupefacientes será seguramente mais um bom instrumento de combate às causas de sinistralidade e contribuirá inquestionavelmente para a melhoria do ambiente rodoviário e para a mudança de atitude cívica dos utentes da rede viária nacional*

## Mais e melhor segurança rodoviária

A MELHORIA constante das condições de circulação em segurança nas estradas portuguesas e a consequente redução da sinistralidade rodoviária no nosso país constituem objectivos claros da acção deste Governo.

Evocando o relatório anual de 2005 relativo a esta matéria e fixando-nos somente nos principais dados estatísticos aí disponíveis, tomamos consciência da dimensão de que ainda se reveste este grave problema.

No ano passado, dos 37.066 acidentes registados nas estradas portuguesas resultaram 45.487 feridos ligeiros, 3726 feridos graves e 1049 mortos (três mortes por dia em média). Esta é a violenta realidade da situação que naturalmente provoca devastadoras consequências na sociedade e na economia nacionais.

Os dados referentes aos primeiros oito meses de 2006 (Agosto) – menos 173 mortos e menos 140 feridos graves que em período homólogo do passado ano – são encorajadores, mas, naturalmente, não aliviam a consciência do muito que ainda há a fazer nesta área.

O objectivo estabelecido da redução destes dramáticos números até 2010 levam-nos a ter a noção de que, se é certo que no que diz respeito ao número de feridos graves estamos no bom caminho, relativamente ao número de mortos, existe ainda um árduo trabalho a desenvolver no sentido de não ultrapassar, no limite, 870 óbitos por ano.

É sobretudo nas deficiências de qualidade das infra-estruturas rodoviárias, no excesso de velocidade e na condução sob efeito de álcool e estupefacientes que residem as principais causas da sinistralidade nas nossas estradas, pelo que estas constituem as áreas de intervenção para onde a acção do Governo deve canalizar as suas energias e recursos.

A qualificação da rede viária, institucionalização de auditorias de segurança rodoviária, melhor sinalização, mais tecnologia de segurança nos veículos, investimento na educação cívica dos utentes da rodovia, exigência na formação técnica dos condutores, adopção do sistema de “carta de condução por pontos” e a avaliação da eficácia da fiscalização, constituem os pontos nevrálgicos onde se deve alicerçar a estratégia de combate à sinistralidade.

A recente iniciativa legislativa do Governo sobre a regulamentação da “fiscalização da condução sob efeito do álcool e substâncias psicotrópicas” trouxe à actualidade da discussão pública e política a problemática desta importante causa de morte nas estradas portuguesas.

Em 2005, as forças policiais, GNR e PSP, realizaram mais de 480 mil testes de controlo da condução sob efeito destas drogas, tendo daí resultado o registo de mais de 30.800 infracções graves e muito graves conforme previsto no Código da estrada em vigor – decreto-Lei 44/2005.

O novo regulamento, que entrará em vigor após aprovação pela Assembleia da República, actualiza os métodos de fiscalização, estabelece quais as substâncias psicotrópicas que podem influenciar a capacidade de condução, torna mais expedito e eficaz o controlo da taxa de alcoolemia e, sobretudo, cria condições para uma mais sistemática fiscalização da condução sob efeito de estupefacientes (cabinóides, cocaína, opiáceos, e anfetaminas).

Os testes qualitativos e quantitativos efectuados com equipamentos previamente homologados, os exames médicos de comprovação com método uniformizados, a confidencialidade dos dados pessoais obtidos no controlo e a conservação dos resultados garantida pelo Instituto de Medicina Legal, são normativos que vão ser estabelecidos neste novo regulamento, cujo articulado geral elucida os condutores sobre direitos e deveres, fixando também procedimentos de fiscalização por parte das autoridades policiais.

Uma melhor fiscalização da condução sob efeito de álcool e estupefacientes será seguramente mais um bom instrumento de combate às causas de sinistralidade e contribuirá inquestionavelmente para a melhoria do ambiente rodoviário e para a mudança de atitude cívica dos utentes da rede viária nacional.

Mais e melhor segurança rodoviária é um desígnio nacional que deverá mobilizar todos os portugueses dado que estamos perante uma questão de interesse público que constitui um importante indicador de modernidade e bem-estar da nossa sociedade.

## Três perguntas a Correia de Campos

### 1 – Porquê a criação de uma taxa moderadora para internamentos hospitalares?

A aplicação de uma taxa moderadora nestas áreas, ainda que com valores simbólicos, valoriza o acto em si, torna a relação médico/paciente mais exigente e mais responsável.

A aplicação de uma taxa moderadora no internamento, e também na cirurgia ambulatória, é idêntica ao actual regime que aplica taxas moderadoras nas segundas e subsequentes consultas, nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica e na comparticipação nos medicamentos.

A aplicação de uma taxa moderadora no internamento de 5 euros por dia, até ao máximo de 10 dias, e também de 10 euros nas cirurgias ambulatorias, é perfeitamente simbólica e representa uma fracção muito reduzida do custo real do acto (um dia de internamento custa 320 euros num hospital distrital e 480 euros num central); o custo de uma cirurgia ambulatória oscila entre 500 euros e 25.000 euros, consoante o tipo de procedimento em causa; por outro lado, o valor da taxa de cirurgia ambulatória (10 euros) não vai além de 1/5 a 1/10 do custo de uma consulta privada.

Actualmente cerca de 55 por cento da população portuguesa está isenta do pagamento de taxas moderadoras. O regime de isenção de pagamento inclui todas as grávidas e parturientes, todas as crianças até aos 12 anos, pensionistas com pensão inferior ao salário mínimo, desempregados, internados em lares, incapacitados a mais de 50 por cento, beneficiários do rendimento social de inserção, doentes mentais, diabéticos, hemofílicos, insuficientes renais, doentes com HIV e oncológicos, doadores de sangue, bombeiros.

### 2 – Como responde o ministro da Saúde à crítica de que esta taxa mais não visa do que ajudar, pura e simplesmente, a combater o défice da saúde, sendo que a sua aplicação pode mesmo colocar em causa o princípio constitucional da equidade?

A Constituição, na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º, prevê que “o direito à protecção da saúde é realizado através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”.



Pedro Silva/PS

A tendencial gratuitidade do SNS reflecte-se no não pagamento directo dos respectivos custos, por parte dos utentes, e no não impedimento, por razões económicas, do acesso de quaisquer utentes aos cuidados de saúde prestados pelo SNS, o que se alcança pela integral gratuitidade para os grupos de cidadãos mais carenciados, que se encontram isentos de pagamentos.

### 3 – O anunciado encerramento de algumas urgências obedece certamente a critérios técnicos fundados em estudos sérios. Não se tratando, portanto, de uma solução meramente casuística para fazer baixar as despesas, talvez, mesmo assim, fosse interessante perceber se se trata de um mero recurso economicista ou, antes, a questão deve ser vista prioritariamente por um outro prisma?

Encontra-se em discussão pública, até final de Novembro, a “proposta de rede de urgências” elaborada pela distinta Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, e que tem como objectivos centrais reduzir a percentagem da população a mais do que 30 minutos de um serviço de urgência, aproximar a realidade nacional do nível europeu e por fim investir na qualificação e melhoria dos serviços.

Não se trata, pois, de fazer baixar as despesas ou de um recurso economicista. A preocupação é, isso sim, aumentar o acesso das populações àqueles serviços, a proximidade, a segurança e a qualidade.

De qualquer forma, são bem-vindas todas as sugestões, comentários e críticas ao estudo, os quais serão devidamente considerados na decisão política que vier a ser tomada para aplicação gradual ao longo de todo o ano de 2007. R.S.A.

## José Sócrates reeleito líder

A EXPRESSIVA vitória que obteve nas eleições directas realizadas nos dias 27 e 28 de Outubro e que o reconduziu à liderança do PS foi interpretada por José Sócrates como “um sinal de apoio dos militantes socialistas às políticas do Governo”.

Na declaração à Imprensa que fez na sede nacional do partido, o secretário-geral agradeceu “a confiança” demonstrada pelos militantes, frisando de seguida que a linha política que o Executivo tem seguido é “fundamental para construir um país melhor, para fazer as mudanças que são necessárias para que os portugueses e Portugal possam encarar com mais optimismo o seu futuro”.

O líder do PS sublinhou o alto nível de participação registado neste processo eleitoral interno ao frisar que mais de 25 mil militantes foram às urnas num universo de 32 mil militantes com as quotas pagas.

“Os números espelham bem um partido mobilizado, atento, interveniente, que está bem consciente das suas responsabilidades e que deseja participar na política e no debate sobre os problemas do país”, disse, insistindo depois na ideia de que a XV reunião magna dos socialistas, agendada para 10, 11 e 12 de Novembro, em Santarém, servirá para discutir “os temas da governação e o futuro de Portugal”.

A terminar exprimiu “a honra pessoal” que sente ao ser eleito pela segunda vez líder do PS, “um partido que se confunde com a história da nossa democracia”.

“Tudo farei para estar à altura da confiança que depositaram em mim. Tudo farei para estar à altura da história e da tradição do PS”, as-



Ricardo Oliveira/GPM

segurou perante muitos dirigentes socialistas, entre os quais o nosso presidente, Almeida Santos, os secretários nacionais Pedro Silva Pereira, Vieira da Silva, Marcos Perestrello, Luís Amado, Capoulas Santos, Idália Moniz, Edite Estrela, o presidente da CCDR do Norte, Carlos Lage, e o líder da JS, Pedro Nuno Santos.

Refira-se que José Sócrates foi reeleito secretário-geral com 97,2 por cento dos votos e 2,7 por cento de votos brancos e nulos quando estavam contabilizadas 90 por

cento das secções.

Na eleição de delegados, as listas afectas à moção global de Sócrates elegeram 1384 delegados (99 por cento), contra nove da moção encabeçada por Helena Roseta (0,6 por cento) e seis de Fonseca Ferreira (0,4 por cento).

Além dos 1570 delegados eleitos directamente pelos militantes do PS, o Congresso contará ainda com a presença de 300 delegados inerentes (por fazerem parte dos órgãos nacionais do partido) com direito a voto.

## PS/Setúbal tem novo sítio na Net

NO ÂMBITO da dinâmica desenvolvida pela equipa do camarada Vítor Ramalho, o “site” da Federação do Partido Socialista de Setúbal tem, desde há alguns dias, um novo rosto.

Quem aceder ao endereço de Internet [www.setubal.ps.pt](http://www.setubal.ps.pt) encontrará muitas alterações ao nível do formato, que tornam a página mais apelativa, mas também e sobretudo novidades no conteúdo, onde as problemáticas actuais remetem constantemente para o ideário socialista.

O novo “lugar” dos PS de Setúbal propõe-se ser um espaço aberto



à participação dos militantes do distrito “como é próprio de um partido livre, de homens e mulheres livres”.

Neste espaço os visitantes poderão manter um “Diálogo com o presidente” e colocar questões e sugestões a Vítor Ramalho, ler artigos de opinião e notícias de actualidade, actualizar dados enquanto militantes e aceder a imagens e informações relativas a esta estrutura do nosso partido, às autarquias do distrito sadino e a uma série de contactos e ligações a outras páginas relativas ao PS. M.R.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N.º 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)